

# Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

4T  
25



## Histórico de Reapresentações

Versão	Motivos da Reapresentação	Data de Alteração
V2	Atualização do Capítulo 23	31/03/2026

Alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento.

Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ademais, os valores indicados como variações percentuais em alguns quadros podem não ser a aplicação aritmética que os precedem.

# Sumário

<b>1. Apresentação do Relatório</b>	<b>6</b>
1.1. Principais Indicadores	7
1.2. Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais	8
<b>2. Gerenciamento de Riscos</b>	<b>9</b>
2.1. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição	9
2.1.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos	9
2.1.2. Declaração de Apetite a Riscos (RAS)	10
2.1.3. Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos	11
<b>3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital</b>	<b>13</b>
3.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital	13
3.2. Programa de Testes de Estresse	14
3.3. Gerenciamento de Capital	14
3.3.1. Processo Corporativo de Gerenciamento de Capital	15
3.4. Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	15
<b>4. Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais</b>	<b>17</b>
<b>5. Composição do Capital</b>	<b>19</b>
5.1. Patrimônio de Referência (PR)	19
<b>6. Indicadores Macroprudenciais</b>	<b>20</b>
<b>7. Razão de Alavancagem (RA)</b>	<b>21</b>
<b>8. Risco de Liquidez</b>	<b>23</b>
8.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez	23
8.1.1. Controle e Acompanhamento	24
8.1.2. Mitigação do Risco de Liquidez	24
8.1.3. Testes de Estresse	25
8.1.4. Plano de Contingência	25
8.1.5. Comunicação Interna	25
8.2. Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – <i>Liquidity Coverage Ratio</i> )	26
8.3. Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – <i>Net Stable Funding Ratio</i> )	28
<b>9. Risco de Crédito</b>	<b>30</b>
9.1. Concessão de Crédito	30
9.2. Classificação do Risco de Crédito	31
9.3. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito	32
9.4. Mitigação do Risco de Crédito	32
9.5. Controle e Acompanhamento	33
9.6. Comunicação Interna	33
9.7. Detalhamento das Exposições de Risco de Crédito	33
9.8. Detalhamento das Exposições de Mitigação do Risco de Crédito	37
<b>10. Risco de Crédito de Contraparte</b>	<b>42</b>
10.1. Detalhamento das Exposição de Risco de Crédito de Contraparte	42
<b>11. Exposições de Securitização</b>	<b>46</b>

# Sumário

11.1.	Detalhamento das Exposições de Securitização	47
<b>12.</b>	<b>Risco de Mercado</b>	<b>49</b>
12.1.	Estratégias utilizadas no Gerenciamento do Risco de Mercado	49
12.1.1.	Definição de Limites	49
12.1.2.	Modelos de Mensuração do Risco de Mercado	50
12.1.3.	<i>Hedge</i> e Utilização de Derivativos	50
12.2.	Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado	51
12.2.1.	Controle e Acompanhamento	52
12.2.2.	Comunicação Interna	52
12.3.	Principais Características dos Modelos Utilizados	52
12.3.1.	Value at Risk - VaR	52
12.3.2.	VaR Estressado – sVaR	53
12.3.3.	VaR Modelo Interno – Backtesting	53
12.3.4.	Modelos – Utilização no Conglomerado Prudencial	53
12.3.5.	Diferenças entre Modelo Gerencial e Modelo Regulatório	53
12.3.6.	Volatilidade, Correlação e Retorno	54
12.3.7.	Apreçamento de Instrumentos Financeiros	54
12.4.	Detalhamento das Exposições de Risco de Mercado	55
<b>13.</b>	<b>Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)</b>	<b>59</b>
13.1.	Processo de Gerenciamento do IRRBB	59
13.1.1.	Métricas de Cálculo	59
13.1.2.	Cenários de Choque e Estresse	60
13.1.3.	Mensuração do IRRBB	60
13.1.4.	<i>Hedge</i> e Utilização de Derivativos	61
13.2.	Detalhamento IRRBB	61
<b>14.</b>	<b>Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos</b>	<b>62</b>
<b>15.</b>	<b>Risco de Modelo</b>	<b>63</b>
<b>16.</b>	<b>Risco Operacional</b>	<b>64</b>
16.1.	Processo de Gerenciamento do Risco Operacional	64
16.2.	Metodologia de Mensuração do Risco Operacional	64
16.3.	Controle e Acompanhamento	65
16.4.	Comunicação Interna	65
16.5.	Estratégias de mitigação do Risco Operacional	65
16.6.	Detalhamento das Exposições de Risco Operacional	66
<b>17.</b>	<b>Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)</b>	<b>68</b>
<b>18.</b>	<b>Gestão de Crises Corporativa</b>	<b>69</b>
<b>19.</b>	<b>Risco de Estratégia</b>	<b>70</b>
<b>20.</b>	<b>Risco de Contágio</b>	<b>71</b>
<b>21.</b>	<b>Risco de Segurança Cibernética</b>	<b>72</b>

# Sumário

<b>22. Risco de Compliance</b>	<b>74</b>
<b>23. Remuneração de Administradores</b>	<b>75</b>
23.1. Comitê de Remuneração	75
23.2. Estrutura de Remuneração	75
23.2.1. Política de Remuneração	75
23.2.2. Práticas e procedimentos adotados para definição da Remuneração	76
23.2.3. Métricas de desempenho	76
23.2.4. Remuneração X Objetivos da Organização	77
23.2.5. Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria	77
23.3. Remuneração Atribuída	78
<b>24. Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos</b>	<b>80</b>
<b>I. Anexos</b>	<b>81</b>
<b>II. Glossário</b>	<b>82</b>

# Apresentação do Relatório

## 1. Apresentação do Relatório

Este Relatório atende às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Pilar 3 – Disciplina de Mercado) e às determinações do Banco Central do Brasil (BCB) requeridas através da Resolução nº 54/20. O Relatório busca proporcionar às partes interessadas o acesso às informações do gerenciamento de riscos da Organização Bradesco (“Organização”), apresentando de forma detalhada as suas práticas e controles dos principais riscos aos quais está exposta, permitindo aos agentes de mercado, inclusive, avaliarem a adequação do capital.

A Organização acredita que o gerenciamento de riscos é imprescindível para possibilitar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta atividade fortalece a Cultura de Riscos da Organização, contribuindo para a solidez do Sistema Financeiro Nacional e a sociedade em geral. Como consequência do processo de aperfeiçoamento contínuo e melhores práticas no gerenciamento de riscos, a Organização foi a primeira instituição financeira<sup>1</sup> no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar.

Recomenda-se a leitura deste Relatório em conjunto com outros documentos divulgados pela Organização, tais como o Relatório de Análise Econômica e Financeira, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e os Anexos indicados no presente documento que apresentam informações adicionais sobre as atividades da Organização. Para mais detalhes, acesse o nosso site de Relações com Investidores em [www.bradescori.com.br](http://www.bradescori.com.br).

---

<sup>1</sup> Conforme documento do BIS “Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP) – Assessment of Basel III regulations in Brazil” de dezembro de 2013.

# Apresentação do Relatório

## 1.1. Principais Indicadores

A Organização exerce a gestão de riscos e capital alinhada às diretrizes estratégicas, envolvendo as áreas de controle e negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e suportar os riscos inerentes às suas atividades.

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Organização, apurados sob a ótica do Conglomerado Prudencial:

<b>Índice de Basileia</b> <b>15,8%</b> -0,1 p.p. no trimestre 3T25: 15,9%	<b>Índice de Nível I</b> <b>13,2%</b> -0,2 p.p. no trimestre 3T25: 13,4%	<b>Índice de Capital Principal</b> <b>11,2%</b> -0,2 p.p. no trimestre 3T25: 11,4%	<b>Razão de Alavancagem</b> <b>6,8%</b> -0,3 p.p. no trimestre 3T25: 7,1%
<b>RWA Total<sup>1</sup></b> <b>R\$ 1.108.962</b> +3,9% no trimestre 3T25: R\$ 1.067.379	<b>RWA Risco de Crédito<sup>1</sup></b> <b>R\$ 964.645</b> +4,3% no trimestre 3T25: R\$ 924.688	<b>RWA Risco de Mercado<sup>1</sup></b> <b>R\$ 29.559</b> +5,8% no trimestre 3T25: R\$ 27.934	<b>RWA Risco Operacional<sup>1</sup></b> <b>R\$ 114.757</b> Sem variação 3T25: R\$ 114.757
<b>LCR</b> <b>158,3%</b> +5,7 p.p. no trimestre 3T25: 152,6%		<b>NSFR</b> <b>122,8%</b> +1,4 p.p. no trimestre 3T25: 121,4%	

### Evolução Trimestral do RWA<sup>1</sup>



Os requerimentos regulamentares mínimos determinados pelo Banco Central do Brasil são elencados a seguir:

<b>Índice de Basileia<sup>2</sup></b> <b>11,50%</b> a partir de abril/2022	<b>Índice de Nível I<sup>2</sup></b> <b>9,50%</b> a partir de abril/2022	<b>Índice de Capital Principal<sup>2</sup></b> <b>8,00%</b> a partir de abril/2022
<b>Razão de Alavancagem<sup>3</sup></b> <b>3,0%</b> a partir de janeiro/2018	<b>LCR<sup>4</sup></b> <b>100%</b> a partir de janeiro/2019	<b>NSFR<sup>5</sup></b> <b>100%</b> a partir de outubro/2018

<sup>1</sup> Valores expressos em milhões de reais.

<sup>2</sup> O Índice de Basileia, o Índice de Nível I e o Índice de Capital Principal consideram os Adicionais de Capital Principal (ACPs) Conservação, Sistêmico e Contracíclico, conforme a Resolução CMN nº 4.958/21 e Circulares BCB nº 3.768/15 e 3.769/15, respectivamente.

<sup>3</sup> O requerimento mínimo para Razão de Alavancagem foi definido pela Resolução CMN 4.615/17.

<sup>4</sup> O requerimento mínimo do LCR foi definido pela Resolução CMN 4.401/15.

<sup>5</sup> O requerimento mínimo do NSFR foi definido pela Resolução CMN 4.616/17.

# Apresentação do Relatório

## 1.2. Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

As instituições financeiras sediadas no Brasil calculam suas exigências de capital em base consolidada com as instituições integrantes de seu Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez.

### Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais (KM1)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	<b>Dez-25</b>	<b>Set-25</b>	<b>Jun-25</b>	<b>Mar-25</b>	<b>Dez-24</b>
<b>\\ Capital regulamentar - valores</b>					
1 Capital Principal	124.320	121.616	116.302	114.757	106.013
1a Capital Principal corresponde à linha 1 deduzido, conf. aplicável, o valor estabelecido pela Res. CMN 4.955/21 ou Res. BCB 199/22	121.682	118.978	113.664	112.119	106.013
2 Nível I	145.844	142.578	136.588	134.814	124.633
2a Nível I considerando a apuração do Capital Principal conf. linha 1a	143.206	139.940	133.950	132.176	124.633
3 Patrimônio de Referência - PR	174.969	169.228	162.761	160.025	149.109
3a Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conf. linha 1a	172.331	166.590	160.123	157.387	149.109
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1 Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conf. linha 3a	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-
<b>\\ Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores</b>					
4 RWA total	1.108.962	1.067.379	1.048.936	1.035.931	1.008.668
4b RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conf. aplicável, Res. 229/22	1.106.720	1.065.137	1.046.694	1.033.689	-
<b>\\ Capital regulamentar como proporção do RWA</b>					
5 Índice de Capital Principal - ICP	11,2%	11,4%	11,1%	11,1%	10,5%
5a Índice de Capital Principal - ICP, considerando: Num. 1a, Den. 4b	11,0%	11,2%	10,9%	10,8%	-
6 Índice de Nível 1	13,2%	13,4%	13,0%	13,0%	12,4%
6a Índice de Nível 1, considerando: Num. 2a, Den. 4b	12,9%	13,1%	12,8%	12,8%	-
7 Índice de Basileia	15,8%	15,9%	15,5%	15,4%	14,8%
7a Índice de Basileia, considerando: Num. 3a, Den. 4b	15,6%	15,6%	15,3%	15,2%	-
<b>\\ Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA</b>					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP <sub>Conservação</sub>	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP <sub>Contracíclico</sub>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP <sub>Sistêmico</sub>	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
11 ACP total <sup>(1)</sup>	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
12 Margem excedente de Capital Principal	3,2%	3,4%	3,1%	3,1%	2,5%
12a Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conf. linha 1a	3,2%	3,4%	3,1%	3,1%	-
<b>\\ Razão de Alavancagem (RA)</b>					
13 Exposição total	2.141.573	2.019.475	1.959.355	1.922.073	1.860.789
13a Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo conf. Res. 229/22	2.139.331	2.017.233	1.957.113	1.919.831	-
14 RA	6,8%	7,1%	7,0%	7,0%	6,7%
14a Razão de Alavancagem, considerando: Num. 2a, Den. 13a	6,7%	6,9%	6,8%	7,0%	-
<b>\\ Indicador Líquidez de Curto Prazo (LCR)</b>					
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	253.256	223.244	200.609	184.190	184.607
16 Total de saídas líquidas de caixa	160.034	146.257	135.404	135.671	130.795
17 LCR	158,3%	152,6%	148,2%	135,8%	141,1%
<b>\\ Indicador de Líquidez de Longo Prazo (NSFR)</b>					
18 Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.136.033	1.074.577	1.044.760	1.000.314	991.712
19 Recursos estáveis requeridos (RSF)	925.370	885.449	857.419	841.750	818.327
20 NSFR	122,8%	121,4%	121,8%	118,8%	121,2%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

#### Comentário

No ano de 2025, observamos incremento de 0,7% no Capital Principal e 0,8% no Nível I, enquanto no 4T25 a variação ocorre, principalmente, pelo crescimento dos ativos ponderados pelo risco (RWA), permanecendo acima dos limites regulatórios.

# Gerenciamento de Riscos

## 2. Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

### 2.1. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

#### 2.1.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma das prioridades da Organização e, para tanto, os procedimentos estabelecidos são baseados nas melhores práticas de mercado e aculturação contínuo, de forma a manter os riscos em níveis aceitáveis.

Este gerenciamento permite o atingimento dos objetivos estratégicos, perenidade dos negócios, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos, além de preparar a Organização para enfrentar mudanças repentinas no cenário econômico, regulatório ou tecnológico.

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro<sup>2</sup> sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos (Capítulo 2.1.3). Os principais riscos acompanhados pela Organização são: solvência, liquidez, crédito, mercado, social, ambiental, climático, modelo, operacional, estratégia, contágio, segurança cibernética, compliance e reputacional, cujos detalhamentos constam nas seções específicas.

Adicionalmente, considerando o ambiente de negócios, a Organização acompanha constantemente riscos macroeconômicos que possam trazer impactos adversos às suas exposições, conforme relacionado a seguir. Esses riscos são avaliados por meio de processos consistentes e uma sólida estrutura de governança:

- **Riscos geopolíticos e climáticos:** a escalada de conflitos regionais, a adoção de políticas comerciais protecionistas pelos países desenvolvidos, incluindo sanções não comerciais, e eventos climáticos extremos podem levar a desequilíbrios na oferta e demanda global de bens e serviços e forte aversão ao risco nos mercados mundiais. Com impactos negativos relevantes sobre a inflação, o crescimento da economia mundial e deterioração dos preços de ativos;
- **Incertezas sobre a política econômica e ritmo de desaceleração da economia doméstica:** ruídos políticos e eleitorais, incertezas quanto ao cumprimento das metas fiscais, dúvidas sobre o próximo movimento e tamanho do ajuste da política monetária, a política para-fiscal e uma eventual resposta do Governo Federal à perda de fôlego da atividade econômica são temas que podem refletir na confiança dos agentes econômicos;
- **Incerteza sobre o crescimento econômico mundial:** dúvidas permanentes sobre a política econômica norte-americana, riscos à estabilidade financeira global decorrentes da

---

<sup>2</sup> Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.

## Gerenciamento de Riscos

sobrevalorização dos ativos de tecnologia e eventual elevação dos juros em algumas economias desenvolvidas podem colocar em xeque o desempenho da economia mundial.

### 2.1.2. Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento para reforçar a disseminação da cultura de risco da Organização.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente<sup>3</sup>, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de monitoramento dos indicadores estabelecidos, através de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções, que requerem medidas de adequação, permeando todas as esferas da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

#### Dimensões do Apetite a Riscos

**Solvência:** a Organização busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos mensuráveis incorridos (em situações normais ou de estresse), bem como suportar eventuais perdas oriundas de riscos que não alocam capital e viabilizar possíveis aquisições estratégicas.

**Liquidez:** a Organização visa ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações por meio de fontes de captações pulverizadas e de baixo custo, para garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das suas obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Rentabilidade:** a Organização zela pelo crescimento sustentável de seus negócios e resultados e pela adequada remuneração do seu capital, buscando atender à expectativa de remuneração de seus acionistas em relação aos riscos assumidos em seus negócios.

**Crédito:** a Organização direciona seu foco para clientes domésticos, de forma diversificada e pulverizada, tanto em termos de produtos como de segmentos, primando pela segurança e qualidade do portfólio, com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos e mantendo níveis de provisões e de concentrações adequados.

**Mercado:** a Organização visa alinhar as exposições às diretrizes estratégicas, com limites específicos estabelecidos, devido à possibilidade de perda financeira por conta da oscilação de preços e taxas dos instrumentos financeiros, visto que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

---

<sup>3</sup> O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

## Gerenciamento de Riscos

**Operacional:** a Organização pode incorrer em perdas operacionais resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, em função da ampla gama de produtos e serviços oferecidos, bem como o expressivo volume de atividades e operações realizadas.

**Segurança Cibernética:** a Organização atua para que os ativos e infraestrutura crítica de TI tenham sua segurança protegida e sejam capazes de resistir a ocorrências cibernéticas, como ataques, intrusões e vazamentos de dados.

**Social, Ambiental e Climático:** a Organização possui a sustentabilidade como um dos seus pilares estratégicos, reforçando o propósito de criar oportunidades como agente de transformação positiva, gerando valor compartilhado com a sociedade, clientes, funcionários, investidores e parceiros. Aspectos sociais, ambientais e climáticos estão integrados à estratégia de atuação, contemplando as operações e negócios.

**Reputação:** a Organização monitora sua reputação perante clientes, funcionários, órgão regulador, investidores e mercado em geral, visando assegurar a tempestiva identificação e avaliação de fontes potenciais deste risco e agir de forma preventiva para a sua mitigação.

**Modelo:** a Organização utiliza modelos para apoio na tomada de decisões, elaboração de relatórios financeiros/regulatórios e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio.

**Riscos Qualitativos:** além dos riscos acima descritos, a Organização está exposta aos riscos de Contágio, Estratégia, Subscrição e *Compliance*. Esses riscos são gerenciados por meio de processos robustos e sólida estrutura de governança, composta por Comissões, Comitês Executivos e Alta Administração.

### 2.1.3. Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhada com os principais *Frameworks* internacionais de gestão de riscos, permitindo que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados.

Face à complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, faz-se necessário o estabelecimento de estrutura robusta de gestão de riscos. Neste contexto, a atuação é realizada por meio do Modelo de Três Linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de monitoramento, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou acompanhamento dos controles da primeira linha, além da validação independente de modelos.
- **Terceira linha**, representada pela área de Auditoria Interna Global, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

O processo corporativo de gerenciamento de riscos correntes e emergentes da Organização é constituído pelas seguintes etapas:

## Gerenciamento de Riscos



### 2.1.3.1. Controles Internos

A área de Controles Internos, em apoio às áreas de primeira linha, desafia a identificação e avaliação dos riscos e controles, sendo o resultado desta atividade refletido nos mapas de riscos das Áreas. Adicionalmente, a área de Controles Internos também realiza revisões temáticas, monitoramento da Rede de Agências e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, por intermédio de indicadores, assim como o processo de certificação SOX (“Sarbanes-Oxley”), com objetivo de aprofundar a avaliação do ambiente de controles, cujos resultados são apresentados em relatórios específicos, sendo que os riscos e fragilidades identificadas são incorporados aos mapas de riscos das Áreas.

Além disso, anualmente, é enviado relatório ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria – COAUD, consolidando as avaliações e conclusões dos trabalhos realizados pela área de Controles Internos.

As atividades da área de Controles Internos são executadas por profissionais capacitados, através de processos bem definidos e tecnologia compatível com o porte e estrutura da Organização, complexidade dos produtos e serviços negociados, perfil de risco e modelo de negócio, nos termos da Resolução CMN nº 4.968/21.

### 2.1.3.2. Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital

A Organização, em relação a disseminação da cultura de riscos, dispõe de políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos e do capital. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Organização e empresas ligadas.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As políticas de gerenciamento de riscos e de capital estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas nacionais e internacionais, em conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos reguladores, sendo revisadas no mínimo anualmente pelo Conselho de Administração e disponibilizadas a todos os funcionários e empresas ligadas, por meio do Portal Corporativo.

# Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

## 3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

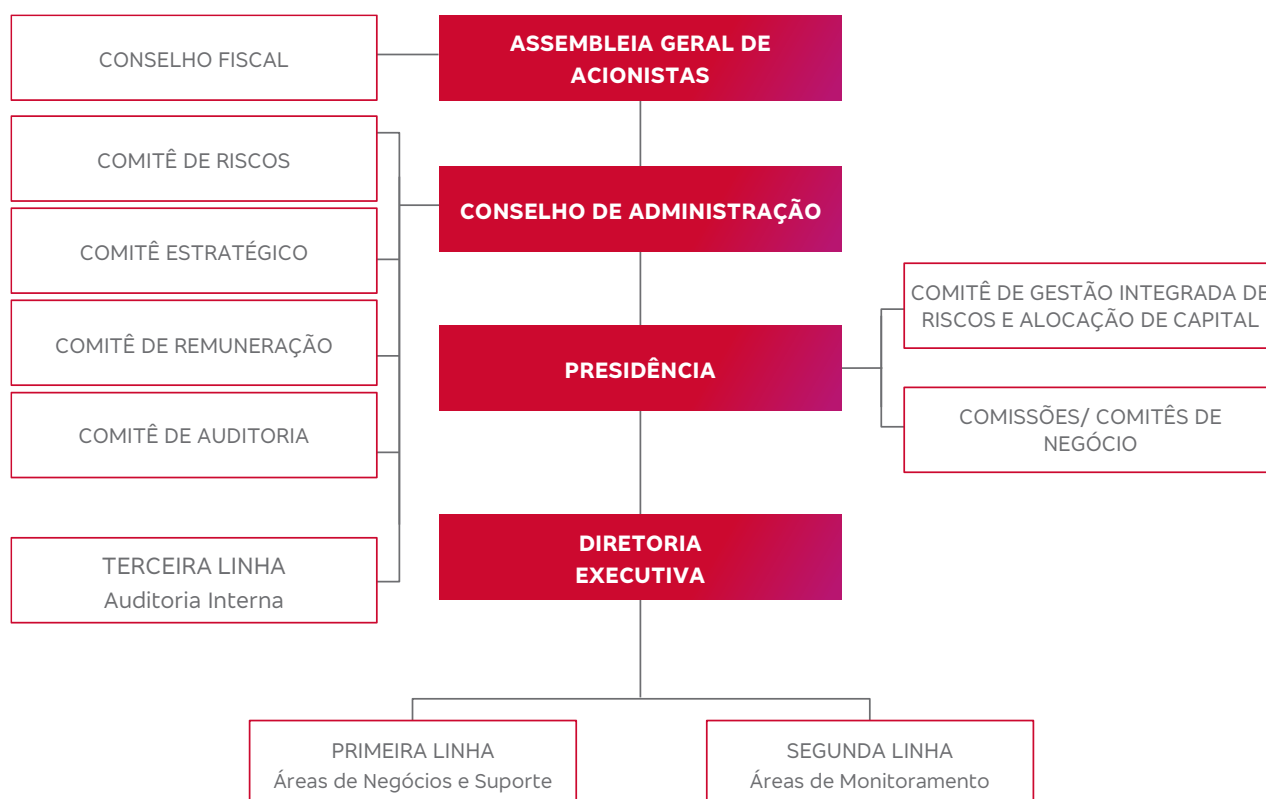
A Governança Corporativa da Organização conta com a participação de todos os seus níveis hierárquicos, tendo por finalidade otimizar o desempenho da companhia e proteger as partes interessadas, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à Organização e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento e prestação de contas. Este arcabouço atende as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Nesse contexto, o gerenciamento de riscos e capital é realizado por meio de decisões colegiadas, apoiando-se em comitês específicos. Este processo conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que compreende desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços.

### 3.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (Chief Risk Officer – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A **governança de gerenciamento de riscos e capital** está demonstrada na figura a seguir:



Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Conselho de Administração** aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados;
- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da

## Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;

- **Comitê de Integridade e Conduta Ética** tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização, corporativo e setoriais, e das regras de condutas relacionadas aos temas de integridade, anticorrupção e concorrencial, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade;
- **Comitê de Auditoria** revisa a integridade das demonstrações financeiras e recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Mais detalhes sobre a Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores ([bradescori.com.br](http://bradescori.com.br) – Governança Corporativa).

### 3.2. Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação.

Da mesma forma, os resultados são considerados nas decisões relativas as diretrizes estratégicas, na definição dos níveis e limites de apetite a riscos aplicados ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como na definição de ações de governança com o objetivo de mitigação dos riscos identificados, alinhando-os ao apetite a riscos da Organização.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

### 3.3. Gerenciamento de Capital

A Organização exerce a gestão de capital abrangendo as áreas de controle e de negócios, conforme as diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Sua estrutura de governança é composta por Comissões e Comitês, com o Conselho de Administração como órgão máximo.

A Organização possui uma estrutura dedicada ao cumprimento das determinações do Banco Central do Brasil relacionadas ao gerenciamento de capital. Além disso, fornece à Alta Administração análises e projeções sobre a disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem para o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

# Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

## 3.3.1. Processo Corporativo de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota uma postura prospectiva de três anos ao elaborar o seu plano de capital, antecipando suas necessidades e estabelecendo procedimentos e ações de contingência para cenários adversos. Isso leva em consideração possíveis mudanças nas condições regulatórias, econômicas e de negócios em que atua.

Para assegurar uma composição sólida de capital que apoie o desenvolvimento de suas atividades e garanta a adequada cobertura dos riscos incorridos, a Organização realiza um acompanhamento periódico das projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada pela apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

## 3.4. Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

No Brasil, o Banco Central do Brasil determina através da Resolução CMN nº 4.958/21, que as instituições devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos das operações realizadas por elas, o que remete ao cálculo da exigência de capital.

O risco das atividades de instituições financeiras é representado pela apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), na sigla em inglês adotada pelo Banco Central. O montante do RWA é definido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD/CIRB} + RWA_{OPAD} + RWA_{MPAD/MINT}$$

- **RWA<sub>CPAD/CIRB</sub>** – parcela padronizada / modelo interno relativa às exposições ao risco de crédito;
- **RWA<sub>OPAD</sub>** – parcela padronizada relativa ao risco operacional;
- **RWA<sub>MPAD/MINT</sub>** – parcela padronizada / modelo interno relativa às exposições sujeitas ao risco de mercado.

A tabela a seguir apresenta informações do montante de RWA utilizado na apuração do requerimento mínimo de PR, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução CMN nº 4.958/21.

# Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

## Visão geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)

R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR <sup>(2)</sup>
	a	b	c
	Dez-25	Set-25	Dez-25
<b>1 Risco de crédito em sentido estrito<sup>(1)</sup></b>	<b>879.687</b>	<b>842.521</b>	<b>70.375</b>
2 Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	879.687	842.521	70.375
3 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
<b>6 Risco de crédito de contraparte (CCR)</b>	<b>30.662</b>	<b>31.315</b>	<b>2.453</b>
7 Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	19.742	18.296	1.579
7a Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9 Do qual: outros	10.920	13.019	874
<b>12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados</b>	<b>4.365</b>	<b>2.425</b>	<b>349</b>
<b>13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados</b>	<b>1.074</b>	<b>952</b>	<b>86</b>
<b>16 Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária</b>	<b>2.237</b>	<b>1.868</b>	<b>179</b>
<b>20 Risco de Mercado<sup>(3)</sup></b>	<b>29.559</b>	<b>27.934</b>	<b>2.365</b>
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD) <sup>(4)</sup>	27.879	32.199	2.230
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT) <sup>(4)</sup>	29.559	23.523	2.365
<b>24 Risco Operacional<sup>(5)</sup></b>	<b>114.757</b>	<b>114.757</b>	<b>9.181</b>
I Risco de Pagamentos (RWASP)	NA	NA	NA
<b>25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR<sup>(2)</sup></b>	<b>46.620</b>	<b>45.606</b>	<b>3.730</b>
<b>29 Total (1+6+12+13+14+16+20+24+I+25)</b>	<b>1.108.962</b>	<b>1.067.379</b>	<b>88.717</b>

(1) Não contempla exposições reportadas nas linhas 6, 12, 13, 14, 16 e 25.

(2) Conforme definido na Resolução CMN nº 4.958/21, art. 4º.

(3) Composto pelo máximo entre 80% do modelo padronizado (RWAMPAD) e modelo interno (RWAMINT), conforme Circulares nº 3.646 e nº 3.674, acrescido da variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA), a partir do 3T23, de acordo com a Resolução BCB 229/22, e do risco de crédito dos instrumentos financeiros (DRC), a partir do 3T24, conforme a Resolução BCB 313/23.

(4) Conforme Instrução Normativa 532/24, as parcelas contemplam o RWA<sub>cva</sub> a partir do 3T23 e RWA<sub>drc</sub> a partir do 3T24. Com o objetivo de comparação, o histórico apresentado foi ajustado.

(5) O valor apurado considera a regra de faseamento prevista no Art. 19 da Resolução BCB nº 356/23, sendo aplicado o percentual correspondente ao período de transição para a composição da parcela RWAOPAD

### Comentários

A variação trimestral do RWA deve-se, principalmente, ao Risco de Crédito em sentido estrito, ocasionado pelo aumento das operações de crédito e da exposição em operações com instrumentos financeiros derivativos. Para o Risco de Mercado, a variação decorreu, principalmente, nas parcelas de ações e commodities, com a alocação sendo realizada por meio do Modelo Interno.

# Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

## 4. Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

A abrangência regulamentar para avaliação de suficiência de capital, desde janeiro de 2015, é o Conglomerado Prudencial, conforme regulamentações do Banco Central do Brasil. Vale destacar, porém, que as demais empresas integrantes do Consolidado Econômico-Financeiro, também fazem parte do processo de gerenciamento de riscos da Organização. Para essas empresas, são avaliados todos os riscos inerentes as suas atividades, com destaque para as empresas que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros, as quais também seguem padrões regulamentares de capital, seja pelas regras da Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dependendo do ramo de atuação de cada uma.

A tabela a seguir permite identificar as diferenças entre o escopo de consolidação utilizado nas demonstrações financeiras publicadas (coluna a) e aquele empregado para fins da regulação prudencial (coluna b). As colunas "c" a "g" detalham os valores por categorias de riscos.

### Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco (LI1)

	a	b	c	d	e	f	g
	<b>Dez-25</b>						
	<b>Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria</b>						
	<b>Valores reportados nas demonstrações financeiras</b>	<b>Valores considerados na regulação prudencial</b>	<b>Sujeitos ao risco de crédito</b>	<b>Sujeitos ao risco de crédito de contraparte</b>	<b>Sujeitos ao arcabouço de securitização</b>	<b>Sujeitos ao risco de mercado</b>	<b>Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR</b>
R\$ milhões							
<b>\\ Ativos</b>							
Disponibilidades	15.352	15.256	15.256	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	547.913	187.532	152.174	27.240	5.204	276.496	2.914
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	109.953	75.634	75.634	-	-	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.441.635	1.399.899	1.180.880	219.019	-	-	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.613	1.419	1.419	-	-	-	-
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	13.348	56.273	40.102	-	-	-	16.171
Imobilizado de uso, líquido	8.627	6.966	6.966	-	-	-	-
Intangíveis e ágio, líquidos	20.669	15.865	-	-	-	-	15.865
Impostos a compensar	12.780	10.703	10.703	-	-	-	-
Impostos diferidos	118.702	114.199	94.470	-	-	-	19.729
Outros ativos	16.137	27.503	27.503	-	-	-	-
<b>Total de ativos <sup>(1)</sup></b>	<b>2.306.728</b>	<b>1.911.249</b>	<b>1.605.107</b>	<b>246.259</b>	<b>5.204</b>	<b>276.496</b>	<b>54.680</b>
<b>\\ Passivos</b>							
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.585.281	1.648.271	-	-	-	103.741	1.648.271
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.562	17.128	-	-	-	1.020	17.128
Provisão para perda esperada	3.056	3.058	3.058	-	-	-	-
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	445.994	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	35.461	27.485	-	-	-	-	27.485
Impostos correntes	2.003	1.016	-	-	-	-	1.016
Impostos diferidos	5.450	3.893	-	-	-	-	3.893
Outros passivos	37.885	33.979	-	-	-	-	33.979
<b>Total de passivos</b>	<b>2.133.693</b>	<b>1.734.829</b>	<b>3.058</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.762</b>	<b>1.731.772</b>

## Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

Os valores considerados nas demonstrações financeiras (coluna “a” da tabela LI1) não são conciliados com os valores reportados na regulação prudencial (coluna “b” da tabela LI1) devido, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (com destaque para as empresas que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros) no Conglomerado Prudencial.

A tabela LI2 demonstra as principais causas das diferenças entre os valores da coluna “b” da tabela LI1 e os valores das exposições.

### Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulação prudencial e os valores das exposições (LI2)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	<b>Dez-25</b>				
	<b>Total</b>	<b>Sujeitos ao risco de crédito</b>	<b>Sujeitos ao risco de crédito de contraparte</b>	<b>Sujeitos ao arcabouço de securitização</b>	<b>Sujeitos ao risco de mercado</b>
1 Total de ativos considerados na regulação prudencial	1.856.570	1.605.107	246.259	5.204	276.496
2 Total de passivos considerados na regulação prudencial	3.058	3.058	-	-	104.762
3 Valor líquido considerado na regulação prudencial	1.859.627	1.608.165	246.259	5.204	381.258
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	130.429	130.429	-	-	-
5 Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
6 Outras diferenças	62.689	-	62.689	-	-
<b>7 Exposições consideradas para fins prudenciais</b>	<b>2.052.746</b>	<b>1.738.594</b>	<b>308.948</b>	<b>5.204</b>	<b>381.258</b>

A linha de “Outras Diferenças” da tabela LI2 considera exposições não contábeis sujeitas a risco de crédito de contraparte (abordagem SA-CCR).

A tabela a seguir apresenta informações sobre os elementos considerados no cálculo dos ajustes prudenciais, utilizados no processo de apreamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.277/13.

### Ajustes Prudenciais – PVA (PV1)

R\$ mil	a	b	c	d	e	f	g	h
	<b>Dez-25</b>							
	<b>Ações</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Câmbio</b>	<b>Crédito</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Total</b>	<b>Do qual: na carteira de negociação</b>	<b>Do qual: na carteira bancária</b>
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	-	-	-	-	-
3 Custo de liquidação das posições	-	-	-	-	-	-	-	-
4 Concentração de mercado	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Risco de pagamento antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Risco de modelo	2.914	-	-	-	-	2.914	2.914	-
7 Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>12 Total</b>	<b>2.914</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.914</b>	<b>2.914</b>	<b>-</b>

Em relação ao apreamento, a Organização possui um processo criterioso e em linha com os princípios determinados pela Resolução CMN nº 4.389/14. Os detalhes desse processo estão descritos no item 12.3.7 Apreamento de Instrumentos Financeiros.

# Composição do Capital

## 5. Composição do Capital

De acordo com as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira é representado pelo somatório do Capital Nível I e Nível II, sendo utilizado na determinação de seus limites operacionais.

**Capital Nível I:** visa assegurar a solvência da instituição financeira, garantindo a continuidade de sua operação. Com a entrada em vigor de Basileia III, o Capital Nível I foi dividido em dois subgrupos:

- **Capital Principal:** composto basicamente por ações, reservas e deduções (conforme Art.4º da Resolução CMN 4.955/21);
- **Capital Complementar:** composto por instrumentos análogos aos híbridos de capital e dívida, com característica de perpetuidade (conforme Art.6º da Resolução CMN 4.955/21).

**Capital Nível II:** constitui instrumentos análogos aos híbridos de capital e dívida, com vencimento mínimo de 5 anos (conforme Art.7º da Resolução CMN 4.955/21).

### 5.1. Patrimônio de Referência (PR)

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao PR da Organização (alinhado com os requerimentos globais de Capital – Basileia III), sob a ótica do Conglomerado Prudencial.

R\$ milhões	Dez-25	Set-25	Dez-24
<b>\\ Patrimônio de Referência - Nível I</b>	<b>145.844</b>	<b>142.578</b>	<b>124.633</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>124.320</b>	<b>121.616</b>	<b>106.013</b>
Patrimônio Líquido	172.239	169.590	160.487
Minoritários/Outros	2.249	2.245	(72)
Adoção inicial Res. CMN 4.966/21 (Res. CMN 5.199/24)	2.242	2.242	-
Ajustes Prudenciais <sup>(1)</sup>	(52.410)	(52.461)	(54.402)
<b>Capital Complementar</b>	<b>21.524</b>	<b>20.962</b>	<b>18.620</b>
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.955/21)	21.524	20.962	18.620
<b>\\ Instrumentos Elegíveis para compor o Nível II</b>	<b>29.125</b>	<b>26.650</b>	<b>24.476</b>
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.955/21)	29.125	26.650	24.476
<b>\\ Total do Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>174.969</b>	<b>169.228</b>	<b>149.109</b>

(1) De acordo com a Resolução nº 4.955/21 do CMN.

Para mais informações e detalhamentos, consulte “CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)”, “CCA: Principais Características dos Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)” e “CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial”, disponíveis no site de Relações com Investidores ([bradescom.com.br](http://bradescom.com.br) – Informações ao Mercado – Relatórios e Planilhas – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3).

# Indicadores Macroprudenciais

## 6. Indicadores Macroprudenciais

Conforme definido por meio da Resolução BCB nº 171/21, a Organização divulga a apuração das informações para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG), calculada em bases consolidadas, a qual estabelece requerimento adicional de capital para as instituições financeiras classificadas como sistemicamente importantes.

### Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global – GSIBs (GSIB1)

Para mais informações e detalhamentos, consulte “GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global – GSIBs”, que estará disponível no site de Relações com Investidores (bradesco.com.br – Informações ao Mercado – Relatórios e Planilhas – Relatórios e Planilhas – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3) em até 90 (noventa) dias contados a partir da data-base 31 de dezembro, conforme prazo definido pelas Resoluções BCB nº 54/20 e nº 171/21.

A tabela a seguir apresenta a visão geral da distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário para fins do cálculo do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACP<sub>Contracíclico</sub>), sendo a metodologia de cálculo aplicada conforme as regras da Circular BCB nº 3.769/15.

### Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP<sub>Contracíclico</sub> (CCyB1)

	a	b	c	d	e	
			<b>Dez-25</b>			
		Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP <sub>Contracíclico</sub>		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP <sub>Contracíclico</sub>	
	ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB			
R\$ Milhões						
<b>Jurisdição</b>						
BRASIL (BR)	0,0%	1.792.310	820.145		-	
LUXEMBURGO (LU)	0,5%	1.648	640		3	
HOLANDA (NL)	2,0%	1.570	392		8	
REINO UNIDO (GB)	2,0%	6.186	718		14	
SUÉCIA (SE)	2,0%	972	357		7	
FRANÇA (FR)	1,0%	2.128	633		6	
ALEMANHA (DE)	0,8%	3.794	1.003		8	
CHILE (CL)	0,5%	104	88		0	
AUSTRÁLIA (AU)	1,0%	0	0		0	
HONG KONG (HK)	0,5%	-	-		-	
OUTROS PAÍSES	0,0%	43.664	20.340		-	
<b>Subtotal</b>		<b>1.852.376</b>	<b>844.316</b>			
<b>\\ Total</b>		<b>1.852.376</b>	<b>844.316</b>		<b>-</b>	<b>47</b>

#### Comentários

A Organização (consolidado prudencial) possui exposição no exterior com 25 jurisdições, sendo que 9 apresentam Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACPPi). Em relação à variação trimestral de RWA, houve aumento de 4,18% em relação ao 3º trimestre de 2025, com o Brasil concentrando 97,1% dos ativos ponderados pelo risco.

# Razão de Alavancagem

## 7. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem (RA) é o índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras. Este índice avalia a alavancagem utilizando apenas valores de exposição sem nenhuma ponderação de risco.

A tabela a seguir detalha os ajustes efetuados no valor do ativo total para a obtenção da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas regulamentações vigentes (Circular nº 3.748/15 e Resolução CMN nº 4.615/17).

### Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem – RA (LR1)

R\$ milhões		<b>Dez-25</b>
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	2.306.728
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(395.478)
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	1.911.249
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	-
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	31.554
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	139.740
7	Outros ajustes	59.030
<b>8</b>	<b>Exposição Total</b>	<b>2.141.573</b>

#### Comentários

A Exposição Total apresenta um aumento de 6,05% no trimestre.

## Razão de Alavancagem

Detalhamento dos componentes da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), de que trata a Circular nº 3.748/15, é demonstrado a seguir.

### Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem (LR2)

R\$ milhões	a	b	
	<b>Dez-25</b>	<b>Set-25</b>	<b>Dez-24</b>
<b>\\ Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial</b>			
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.792.361	1.671.148	1.530.417
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(55.661)	(56.627)	(57.972)
<b>3 Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>1.736.700</b>	<b>1.614.521</b>	<b>1.472.445</b>
<b>\\ Operações com instrumentos financeiros derivativos</b>			
4 Valor de reposição em operações com derivativos	12.975	13.214	17.326
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	10.551	8.722	6.923
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	-
8 Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(6.836)	(4.725)	(7.533)
9 Valor de referência dos derivativos de crédito	-	-	1.121
10 Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-	-
<b>11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>16.690</b>	<b>17.212</b>	<b>17.837</b>
<b>\\ Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)</b>			
12 Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	215.048	218.559	176.817
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	10.472	12.358	8.274
15 Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-	-
<b>16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM</b>	<b>225.521</b>	<b>230.918</b>	<b>185.091</b>
<b>\\ Itens não contabilizados no balanço patrimonial</b>			
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	509.553	500.622	479.235
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(346.890)	(343.797)	(293.818)
<b>19 Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>162.663</b>	<b>156.825</b>	<b>185.417</b>
<b>\\ Capital e Exposição Total</b>			
20 Nível I	145.844	142.578	124.633
21 Exposição Total	2.141.573	2.019.475	1.860.789
<b>\\ Razão de Alavancagem (RA)</b>			
<b>22 Razão de Alavancagem</b>	<b>6,8%</b>	<b>7,1%</b>	<b>6,7%</b>

#### Comentários

A razão de alavancagem reduziu 0,25 pp em relação ao 3T25, principalmente devido ao aumento do Nível1.

# Risco de Liquidez

## 8. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

### 8.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é executado pela Organização de modo corporativo e permeia todas as camadas da governança. A seguir estão as atribuições das áreas que se destacam no gerenciamento e controle de risco de liquidez:

<b>Tesouraria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Realizar a gestão diária do caixa e liquidez;</li> <li>■ Propor limites para os indicadores de controle do risco de liquidez, assim como os níveis para o sinalizador de alertas;</li> <li>■ Cumprir os limites estratégicos e operacionais estabelecidos;</li> <li>■ Reportar assuntos relacionados à gestão de liquidez no Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria;</li> </ul>
<b>Área de Risco de Liquidez</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Propor as métricas de controle de liquidez e concentração, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido;</li> <li>■ Calcular e divulgar os indicadores de monitoramento e controle de liquidez nas periodicidades estabelecidas;</li> <li>■ Prover ferramentas de simulação dos principais indicadores implementados;</li> <li>■ Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do risco de liquidez nas comissões e comitês executivos onde o tema é abordado;</li> </ul>
<b>Áreas de apoio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Executar a projeção de fluxos de caixa para o monitoramento da liquidez, inclusive <i>intraday</i>;</li> <li>■ Elaborar os fluxos de caixa previstos até o horizonte de 12 meses e remeter às áreas de interesse;</li> <li>■ Verificar e garantir a consistência, integridade e completude da base de dados disponibilizada diariamente aos gestores e controladores do risco de liquidez;</li> <li>■ Disponibilizar informações gerenciais sobre o caixa à Tesouraria, bem como quaisquer alterações significativas nos níveis de reservas dos Bancos do Conglomerado;</li> <li>■ Disponibilizar informações gerenciais sobre os mapas de descasamento à Tesouraria.</li> </ul>

# Risco de Liquidez

## Políticas e Normas

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é composto por políticas e normas que estabelecem critérios relacionados a diversificação das fontes de financiamento da Organização.

A Política de Gestão de Risco de Liquidez assegura que existam normas, procedimentos e controles que garantam à Organização o adequado nível de liquidez e de diversificação de suas captações.

Por sua vez, a Norma de Risco de Liquidez para o Conglomerado Prudencial descreve os procedimentos e controles da Organização para o risco de liquidez, entre eles, o controle da concentração das captações por produto e contraparte

Nos comitês executivos da Organização são reportadas as concentrações de captações de produto, contraparte e prazos.

### 8.1.1. Controle e Acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no *framework* de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte);
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

### 8.1.2. Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação;
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

## Risco de Liquidez

### 8.1.3. Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

### 8.1.4. Plano de Contingência

O plano de contingência de liquidez da Organização abrange os seguintes pontos, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.557/17:

- Grupo de gestão de crise;
- Principais responsabilidades do grupo de gestão de crise;
- Indicadores de monitoramento;
- Ações para mitigação da crise;
- Frequência de revisão do plano.

### 8.1.5. Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre as áreas quanto entre as diversas camadas da governança interna são feitas por meio de relatórios internos, comitês e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da Área de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

## Risco de Liquidez

### 8.2. Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*)

O indicador de liquidez de curto prazo (LCR) visa garantir que a Organização mantenha um nível adequado de ativos líquidos para suprir a necessidade de liquidez em um eventual cenário de estresse de curto prazo. O LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado.

A figura a seguir demonstra os principais componentes do indicador:

$$\text{LCR} = \frac{\text{HQLA}}{\text{Fluxos de Saída} - \text{Fluxos de Entrada}^*} \geq 100\%$$

\*Limitado a 75% dos Fluxos de Saída

A parametrização dos cenários de estresse foi realizada pelo Regulador para capturar choques idiossincráticos e de mercado para o período de trinta dias. Os itens abaixo demonstram alguns dos choques contemplados na metodologia:

- Perda parcial das captações de varejo, de atacado sem colateral e da capacidade de captação de recursos no curto prazo;
- Saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- Aumento das volatilidades em fatores que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições em derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- Saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito/liquidez concedidas; e
- Necessidade potencial de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais, visando mitigar seu risco reputacional.

#### Ativos de Alta Liquidez (HQLA)

Podem ser considerados HQLA os ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, como de estar livre de qualquer impedimento ou restrição legal; pouca ou nenhuma perda em seu valor de mercado quando convertidos em espécie; baixo risco de crédito; apreçamento fácil e certo; sejam transacionados em um mercado ativo e significativo, com pequena diferença entre o preço de compra e venda, grande volume de negociação e grande número de participantes; entre outros critérios. Tais ativos estão sujeitos a fatores de ponderação que podem reduzir o valor considerado, por exemplo, conforme a classificação de risco do seu emissor ou a variação histórica de seu preço de mercado, dentre outros requisitos.

#### Fluxos de Saídas e de Entradas

Os fluxos de saída são resultantes da redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e saídas de caixa contingentes.

## Risco de Liquidez

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários; e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

A tabela LIQ1 apresenta informações do Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR, relativas as entradas e saídas de caixa, bem como o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA), conforme definições e metodologia de cálculo estabelecidas na Circular nº 3.749/15.

### Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR (LIQ1)

R\$ mil	a		b		Set-25 <sup>2</sup>		Dez-24 <sup>3</sup>	
	Valores não Ponderados <sup>(4)</sup>	Valores Ponderados <sup>(5)</sup>	Valores não Ponderados <sup>(4)</sup>	Valores Ponderados <sup>(5)</sup>	Valores não ponderados <sup>(4)</sup>	Valores Ponderados <sup>(5)</sup>	Valores não ponderados <sup>(4)</sup>	Valores Ponderados <sup>(5)</sup>
<b>\\ Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>								
<b>1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>		<b>253.255.892</b>		<b>223.244.138</b>		<b>184.606.844</b>		<b>184.606.844</b>
<b>\\ Saídas de caixa</b>								
<b>2 Captações de varejo, das quais:</b>	<b>380.330.352</b>	<b>37.692.999</b>	<b>380.308.994</b>	<b>38.099.975</b>	<b>393.369.458</b>	<b>40.695.301</b>		
3 Captações estáveis	177.502.016	8.875.101	175.693.459	8.784.673	175.872.907	8.793.645		
4 Captações menos estáveis	202.828.336	28.817.898	204.615.535	29.315.302	217.496.551	31.901.656		
<b>5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:</b>	<b>292.963.875</b>	<b>119.723.222</b>	<b>267.510.417</b>	<b>110.229.446</b>	<b>274.521.462</b>	<b>110.154.973</b>		
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	8.618.944	430.947	8.964.182	448.209	11.863.577	593.179		
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	283.122.858	118.070.202	255.545.829	106.780.830	262.227.032	109.130.943		
8 Obrigações não colateralizadas	1.222.073	1.222.073	3.000.406	3.000.406	430.852	430.852		
<b>9 Captações de atacado colateralizadas</b>		<b>22.743.172</b>		<b>20.710.475</b>		<b>19.180.889</b>		
<b>10 Requerimentos adicionais, dos quais:</b>	<b>148.716.118</b>	<b>20.097.689</b>	<b>138.354.749</b>	<b>19.705.122</b>	<b>149.090.020</b>	<b>21.380.684</b>		
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	20.680.104	10.220.732	17.304.155	10.227.013	19.786.218	10.338.552		
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	1.123.498	1.123.498	1.195.670	1.195.670	1.298.990	1.298.990		
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	126.912.517	8.753.459	119.854.924	8.282.439	128.004.812	9.743.142		
<b>14 Outras obrigações contratuais</b>	<b>54.866.556</b>	<b>52.461.097</b>	<b>51.315.179</b>	<b>48.913.280</b>	<b>42.332.108</b>	<b>39.931.381</b>		
<b>15 Outras obrigações contingentes</b>	<b>187.458.198</b>	<b>6.425.331</b>	<b>191.738.102</b>	<b>6.602.701</b>	<b>170.193.455</b>	<b>8.152.364</b>		
<b>16 Total de saídas de caixa</b>		<b>259.143.511</b>		<b>244.260.999</b>		<b>239.495.593</b>		
<b>\\ Entradas de caixa</b>								
17 Empréstimos colateralizados	236.407.136	2.950.293	233.756.101	2.105.262	199.138.201	1.252.555		
18 Operações em aberto, integralmente adimplentes	43.202.347	28.868.501	45.290.533	30.210.567	49.735.358	34.227.834		
19 Outras entradas de caixa	79.227.823	67.290.988	77.085.714	65.687.800	83.951.475	73.219.847		
<b>20 Total de entradas de caixa</b>	<b>358.837.306</b>	<b>99.109.783</b>	<b>356.132.348</b>	<b>98.003.630</b>	<b>332.825.034</b>	<b>108.700.237</b>		
		<b>Valor Total Ajustado<sup>(6)</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado<sup>(6)</sup></b>		<b>Valor Total Ajustado<sup>(6)</sup></b>		
21 Total HQLA		253.255.892		223.244.138		184.606.844		
22 Total de saídas líquidas de caixa		160.033.728		146.257.369		130.795.356		
<b>23 LCR</b>		<b>158,3%</b>		<b>152,6%</b>		<b>141,1%</b>		

(1) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (64 observações).

(2) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (66 observações).

(3) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (63 observações).

(4) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

(5) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

(6) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites.

O montante de ativos líquidos (HQLA) totalizaram R\$ 253,3 bilhões na média do 4º trimestre de 2025, ante R\$ 223,2 bilhões na média do 3º trimestre de 2025. Com relação às saídas de caixa no cenário de estresse regulatório (item 16), cerca de 60,7% correspondem a resgates e não renovações de captações de varejo e atacado sem colaterais (sem garantia), conforme demonstrado nos itens 2 e 5 da tabela. Outro grupo relevante se refere ao item de “Outras obrigações contratuais” (item 14), que engloba preponderantemente os fluxos de saída das operações de repasse, de cartões de crédito e de *Trade Finance*. Em relação às entradas de caixa, correspondentes à R\$ 99,1 bilhões na média do 4º trimestre de 2025, destacam-se os recebimentos das operações de crédito (renovação parcial), os fluxos de entradas das operações de *Trade Finance*, as disponibilidades e resgates de títulos, além dos fluxos de entrada das operações de repasse e de cartões de crédito.

## Risco de Liquidez

### 8.3. Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*)

O indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) visa avaliar se a Organização está financiando suas atividades (ativos) com fontes mais estáveis de captação (passivos). O NSFR corresponde à razão entre os Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e os Recursos Estáveis Requeridos (RSF), os quais são definidos conforme as estruturas de ativos e passivos da instituição que são ponderadas conforme as definições do Regulador.

A seguir demonstra-se os principais componentes do indicador:

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos (RSF)}} \geq 100\%$$

#### **Recursos Estáveis Disponíveis (ASF – *Available Stable Funding*)**

Os recursos estáveis disponíveis são representados pelos Passivos e Patrimônio Líquido, os quais são ponderados conforme sua estabilidade, sendo que os recursos considerados mais estáveis são determinados principalmente por aspectos comportamentais dos clientes, considerando também o seu relacionamento com a instituição, aspectos legais e outras variáveis implícitas.

#### **Recursos Estáveis Requeridos (RSF – *Required Stable Funding*)**

Os recursos estáveis requeridos são determinados conforme os ativos do balanço patrimonial e demais instrumentos financeiros, por exemplo, limites de crédito fornecido e as garantias prestadas, os quais são ponderados por aspectos relacionados ao tipo de operação, prazo de vencimento, contraparte, entre outros.

A tabela a seguir apresenta informações relativas ao Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) e seus componentes, conforme estabelecido na Circular nº 3.869/17.

# Risco de Liquidez

## Indicador Liquidez de Longo Prazo – NSFR (LIQ2)

	a		b		c		d		e	
	<b>Dez-25</b>									
	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação <sup>(1)</sup>									
	Sem vencimento	Menor do que seis meses	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano	Maior ou igual a um ano	Valor após a ponderação <sup>(2)</sup>		Valor após a ponderação <sup>(2)</sup>			
					Set-25					
R\$ mil										
<b>\\ Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>										
<b>1 Capital</b>	<b>227.378.776</b>	-	-	<b>3.978.772</b>	<b>231.357.548</b>	<b>223.102.183</b>				
2 Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	227.378.776	-	-	-	227.378.776	221.689.481				
3 Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	3.978.772	3.978.772	1.412.702				
<b>4 Captações de varejo, das quais:</b>	<b>137.567.266</b>	<b>324.977.692</b>	<b>12.532.689</b>	<b>26.524.013</b>	<b>463.963.399</b>	<b>432.352.289</b>				
5 Captações estáveis	72.661.492	122.703.848	2.024.731	5.507.672	193.028.238	185.377.452				
6 Captações menos estáveis	64.905.774	202.273.845	10.507.959	21.016.341	270.935.161	246.974.837				
<b>7 Captações de atacado, das quais:</b>	<b>35.874.461</b>	<b>775.181.174</b>	<b>65.032.336</b>	<b>172.549.770</b>	<b>436.921.439</b>	<b>416.033.854</b>				
8 Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	9.051.727	-	-	-	4.525.863	4.471.077				
9 Outras captações de atacado	26.822.735	775.181.174	65.032.336	172.549.770	432.395.576	411.562.776				
<b>Operações em que a instituição atue exclusivamente como</b>										
<b>10 intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes</b>	-	<b>54.280.213</b>	<b>6.708.681</b>	<b>487.163</b>	-	-				
<b>11 Outros passivos, dos quais:</b>	<b>59.338.282</b>	<b>40.352.577</b>	-	-	<b>3.790.153</b>	<b>3.088.848</b>				
12 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero			16.260.337							
13 Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	59.338.282	24.092.240	-	-	3.790.153	3.088.848				
<b>14 Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)</b>					<b>1.136.032.540</b>	<b>1.074.577.174</b>				
<b>\\ Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>										
<b>15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)</b>					<b>15.174.215</b>	<b>14.425.140</b>				
<b>16 Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras</b>	-	-	-	-	-	-				
<b>17 Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:</b>	<b>15.239.366</b>	<b>530.909.654</b>	<b>108.529.535</b>	<b>428.582.120</b>	<b>594.807.853</b>	<b>561.919.740</b>				
18 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	12.871.558	-	-	1.287.156	3.241.805				
19 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	223.324.690	7.394.511	3.374.049	10.525.554	9.902.832				
20 Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	257.915.800	89.011.853	307.455.589	461.989.865	435.377.777				
21 Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	-	-	-				
22 Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	24.701.795	10.319.242	111.794.132	99.121.882	97.643.462				
23 Operações que atendem ao disposto na Resolução BCB nº 229, de 2022, art. 50, incisos I, II e III, e art. 51, incisos I e II	-	24.701.795	10.319.242	111.794.132	99.121.882	97.643.462				
24 Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	15.239.366	12.095.811	1.803.928	5.958.350	21.883.396	15.753.864				
<b>Operações em que a instituição atue exclusivamente como</b>										
<b>25 intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes</b>	-	<b>60.836.847</b>	<b>6.356.700</b>	<b>643.546</b>	-	-				
<b>26 Outros ativos, dos quais:</b>	<b>282.775.809</b>	<b>37.357.580</b>	<b>1.493.002</b>	<b>43.992.263</b>	<b>296.983.123</b>	<b>291.657.326</b>				
27 Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-				-	-				
28 Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central			32.142.612		27.321.221	18.361.899				
29 Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero			18.204.775		-	-				
30 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação			-		3.500.695	3.016.095				
31 Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	282.775.809	19.152.805	1.493.002	11.849.651	266.161.207	270.279.331				
<b>32 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial</b>		<b>494.632.872</b>	-	-	<b>18.404.496</b>	<b>17.446.295</b>				
<b>33 Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)</b>					<b>925.369.687</b>	<b>885.448.501</b>				
<b>34 NSFR (%)</b>					<b>122,8%</b>	<b>121,4%</b>				

(1) Correspondente ao saldo total de balanço.

(2) Correspondente ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

O indicador de longo prazo NSFR apresentou volume ponderado de recursos estáveis disponíveis muito superior ao de recursos estáveis requeridos, com excesso de saldo ponderado de aproximadamente R\$ 210,6 bilhões, resultando o indicador em 122,8%. O montante de recursos estáveis disponíveis (ASF) é constituído em grande parte por captações de clientes considerando o grau de estabilidade como principal fator para contribuição do ASF. A apuração de dezembro/2025 para o ASF apresentou participação de 40,8% oriundos de captações de Varejo e 38,5% de captações de Atacado. Os valores de recursos estáveis requeridos (RSF) são constituídos por itens do ativo e por itens não contabilizados no balanço patrimonial. Estes balanços são ponderados conforme o seu respectivo perfil de liquidez, desta maneira, os itens relacionados aos empréstimos e demais ativos com baixa ou nenhuma liquidez apresentam destaque no RSF (ponderadores elevados), enquanto operações de alta liquidez, como por exemplo títulos públicos federais livres, recebem ponderadores baixos. Para o mês de dezembro/2025 as operações de empréstimos (item 20) representavam 50% do total de RSF, enquanto demais ativos (item 31) participavam de 29% do RSF.

# Risco de Crédito

## 9. Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

### 9.1. Concessão de Crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da Área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como

## Risco de Crédito

da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da Área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da Área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit* e *Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

### 9.2. Classificação do Risco de Crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação nos níveis do CEO ou Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos, margem de capital econômico e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.945/21 e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

## Risco de Crédito

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

### 9.3. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

### 9.4. Mitigação do Risco de Crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se

## Risco de Crédito

ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, está recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

### 9.5. Controle e Acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de Governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

### 9.6. Comunicação Interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, grau de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

### 9.7. Detalhamento das Exposições de Risco de Crédito

Abaixo, são detalhadas a qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

# Risco de Crédito

## Qualidade creditícia das exposições (CR1)

	a	b	c	d	f	g
	<b>Dez-25</b>					
	<b>Valor Bruto:</b>					
	<b>Exposições caracterizadas como ativos problemáticos</b>	<b>Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos</b>	<b>Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar</b>	<b>Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD</b>	<b>Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACIRB</b>	<b>Valor líquido (a+b-c)</b>
R\$ milhões						
<b>1 Concessão de crédito</b>	<b>59.437</b>	<b>772.446</b>	<b>49.629</b>	<b>49.629</b>	-	<b>782.254</b>
<b>2 Títulos de dívida</b>	<b>13.150</b>	<b>396.952</b>	<b>7.051</b>	<b>7.051</b>	-	<b>403.051</b>
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	257.890	-	-	-	257.890
2b dos quais: outros títulos	13.150	139.062	7.051	7.051	-	145.161
<b>3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial</b>	<b>8.047</b>	<b>471.260</b>	<b>3.059</b>	<b>3.059</b>	-	<b>476.248</b>
<b>4 Total (1+2+3)</b>	<b>80.634</b>	<b>1.640.658</b>	<b>59.739</b>	<b>59.739</b>	-	<b>1.661.552</b>

Nota: Conforme instruções de preenchimento da Carta Circular 3.936, foram consideradas como Concessões de Crédito os empréstimos, financiamentos, operações de arrendamento mercantil, operações interfinanceiras de liquidez e outras operações similares.

### Comentários

Houve aumento de 6,3% no total da exposição líquida em relação ao 3T25.

Exposições Brutas são as exposições antes da aplicação dos Fatores de Conversão a Crédito (FCC) e antes da dedução de sua provisão (PDD), sendo caracterizadas como ativos problemáticos as exposições assim classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

Mudanças no estoque de ativos problemáticos entre dois períodos consecutivos, considerando as operações reportadas na tabela acima, são detalhadas na tabela CR2.

## Mudanças no estoque de ativos problemáticos (CR2)

	<b>Dez-25 a Total</b>
R\$ milhões	
<b>1 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior</b>	<b>79.182</b>
2 Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	13.788
3 Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	(2.387)
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	(8.558)
5 Outros ajustes	(1.392)
<b>6 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)</b>	<b>80.634</b>

### Comentários

As operações classificadas como ativos problemáticos aumentaram 1,8% em relação ao 3T25.

Adicionalmente, informações sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1, são demonstradas nas tabelas CRB de “e” – “i”.

## Risco de Crédito

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento (CRBe)

R\$ milhões Setor Econômico	Dez-25				Total
	Prazo Remanescente de Vencimento				
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	
Varejo	31.973	9.670	36.100	915	78.657
Atividades Imobiliárias e Construção	8.652	4.268	28.872	9.281	51.072
Transportes e Concessão	8.746	4.592	36.631	6.235	56.205
Automobilística	6.239	899	3.762	116	11.016
Financeiro	64.294	52.477	149.295	51.385	317.451
Energia Elétrica	9.967	4.611	18.260	3.072	35.910
Petróleo e Petroquímico	6.125	1.277	8.070	3.544	19.016
Siderurgia e Metalurgia	5.417	1.218	6.239	892	13.766
Alimentícia	7.662	4.921	15.877	714	29.174
Fumo e bebidas	9.424	255	656	995	11.330
Papel e Celulose	936	138	3.962	755	5.791
Extração	4.957	961	1.375	1.065	8.358
Telecomunicações	9.140	298	4.723	67	14.228
Saúde	2.805	837	4.732	3.692	12.065
Química	5.605	1.679	4.337	718	12.339
Material de Construção	1.660	390	1.874	214	4.137
Lazer e turismo	3.151	1.035	3.264	118	7.568
Bens de Capital	2.650	830	3.247	18	6.745
Educação	1.324	486	2.367	654	4.832
Produtos de Higiene e Limpeza	1.013	128	1.271	0	2.413
Têxtil	1.762	709	2.545	25	5.042
Eletrrodomésticos e eletroeletrônicos	3.468	319	1.188	5	4.979
Indústria Geral	2.114	876	1.989	123	5.101
Trading	1.904	463	2.455	26	4.848
Tecnologia da Informação	2.972	643	2.171	6	5.793
Agricultura	3.415	1.910	13.082	2.073	20.480
Embalagens	1.699	972	1.605	82	4.358
Móveis e madeira	823	341	1.215	129	2.508
Demais Setores	70.652	36.726	89.589	13.736	210.704
Pessoa Física	231.976	107.696	142.919	213.072	695.663
<b>\\ Total Geral</b>	<b>512.527</b>	<b>241.625</b>	<b>593.673</b>	<b>313.728</b>	<b>1.661.552</b>
<b>Região Geográfica</b>					
<b>\\ Mercado Interno</b>	<b>472.673</b>	<b>214.786</b>	<b>568.113</b>	<b>298.659</b>	<b>1.554.231</b>
Sudeste	292.495	113.234	280.611	153.718	840.058
Sul	52.359	25.229	53.637	28.170	159.395
Norte	15.471	7.771	17.354	10.951	51.547
Nordeste	47.779	23.031	47.089	37.160	155.058
Centro Oeste	64.569	45.521	169.422	68.661	348.173
<b>\\ Mercado Externo</b>	<b>39.854</b>	<b>26.839</b>	<b>25.560</b>	<b>15.069</b>	<b>107.321</b>
<b>\\ Total Geral</b>	<b>512.527</b>	<b>241.625</b>	<b>593.673</b>	<b>313.728</b>	<b>1.661.552</b>

## Risco de Crédito

Total das operações classificadas como ativos problemáticos segregadas por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico (CRBf)

Setor Econômico	Dez-25		
	Operações classificadas como ativos problemáticos		
	Total	Provisões	Baixas/Prejuízos
Varejo	9.852	3.635	1.163
Atividades Imobiliárias e Construção	2.791	1.129	378
Transportes e Concessão	8.203	2.609	268
Automobilística	354	255	20
Financeiro	4.864	3.509	66
Energia Elétrica	856	244	2
Petróleo e Petroquímico	346	289	2
Siderurgia e Metalurgia	260	176	63
Alimentícia	314	254	106
Fumo e bebidas	22	18	8
Papel e Celulose	42	29	5
Extração	129	99	17
Telecomunicações	4.005	816	18
Saúde	467	307	37
Química	251	156	43
Material de Construção	89	60	26
Lazer e turismo	392	282	145
Bens de Capital	225	145	46
Educação	184	134	39
Produtos de Higiene e Limpeza	35	21	8
Têxtil	347	189	101
Eletrodomésticos e eletroeletrônicos	85	35	25
Indústria Geral	146	104	65
Trading	95	53	12
Tecnologia da Informação	269	103	22
Agricultura	388	285	53
Embalagens	55	40	14
Móveis e madeira	141	97	37
Demais Setores	9.171	5.515	1.317
Pessoa Física	36.257	22.730	4.452
<b>\\ Total Geral</b>	<b>80.634</b>	<b>43.317</b>	<b>8.558</b>
<b>Região Geográfica</b>			
<b>\\ Mercado Interno</b>	<b>76.311</b>	<b>41.521</b>	<b>8.276</b>
Sudeste	52.553	26.191	5.332
Sul	7.303	4.738	925
Norte	3.240	2.151	417
Nordeste	6.636	4.421	1.028
Centro Oeste	6.579	4.021	574
<b>\\ Mercado Externo</b>	<b>4.322</b>	<b>1.796</b>	<b>282</b>
<b>\\ Total Geral</b>	<b>80.634</b>	<b>43.317</b>	<b>8.558</b>

## Risco de Crédito

### Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso (CRBg)

R\$ milhões	Dez-25					Total
	Operações em atraso					
	Menor que 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 365 dias	Atraso acima de 365 dias	
Total da exposição em atraso	27.489	16.899	12.819	17.238	3.792	78.237

### Segregação do total das exposições reestruturadas (CRBh)

R\$ milhões	Dez-25	
	a	b
	Ativos Problemáticos	Demais
Total de exposições reestruturadas	20.251	6.361

### Concentração (CRBi)

% do total da Carteira	Dez-25
10 maiores	3,3%
100 maiores	10,4%

## 9.8. Detalhamento das Exposições de Mitigação do Risco de Crédito

Valores considerados para fins da regulamentação prudencial antes e após a utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito são detalhados na tabela CR3, nos quais as exposições são mitigadas essencialmente por Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, Cessão Fiduciária de Letras de Crédito, Penhor de Aplicações Financeiras, Cartas de Crédito e Letras Financeiras do Tesouro.

### Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito (CR3)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	Dez-25				
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias fidejussórias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
1 Concessão de crédito	710.199	72.055	11.335	60.720	-
2 Títulos de dívida	400.333	2.718	2.718	-	-
I Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	129.049	1.380	1.380	-	-
II Demais operações	350.885	3.371	3.371	-	-
<b>3 Total</b>	<b>1.590.466</b>	<b>79.524</b>	<b>18.804</b>	<b>60.720</b>	<b>-</b>
4 dos quais: ativos problemáticos	30.396	825	36	789	-

#### Comentários

A exposição considera o Fator de Conversão de Crédito (FCC) e mitigação, sendo 76,4% das operações mitigadas cobertas por garantias fidejussórias e 23,6% por colaterais financeiros.

Os efeitos da mitigação do risco de crédito no cálculo dos requerimentos de capital, conforme a Circular nº 3.809/16, segregados por classes de ativos, são detalhados na tabela CR4.

# Risco de Crédito

## Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito (CR4)

R\$ milhões	a		b		c		d		e		f	
					Dez-25							
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA							
Categorias	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]						
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	476.646	-	476.646	-	4.097	0,0						
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	10.684	4.477	10.679	3.270	5.841	0,4						
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-						
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	50.775	8.695	50.775	4.240	22.654	0,4						
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-						
6 Pessoas jurídicas não financeiras	270.656	141.003	270.656	66.140	226.162	0,7						
6.1 Dos quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	-	-						
6.2 Dos quais: outros	270.656	141.003	270.656	66.140	226.162	0,7						
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	41.163	-	41.163	-	60.748	1,5						
8 Exposições de varejo	302.561	270.670	302.561	27.670	216.466	0,6						
9 Exposições garantidas por imóveis	127.350	8.203	127.350	8.203	54.916	0,4						
9.1 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	116.973	2	116.973	2	38.980	0,3						
9.2 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-						
9.3 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	5.194	-	5.194	-	3.116	0,6						
9.4 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	5.184	5.933	5.184	5.933	11.686	1,1						
9.5 Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	2.267	-	2.267	1.134	0,5						
10 Ativos Problemáticos	15.914	5.636	15.914	2.885	18.945	1,0						
11 Outros ativos	272.743	37.564	272.743	18.022	269.860	0,9						
<b>12 Total</b>	<b>1.568.490</b>	<b>476.248</b>	<b>1.568.490</b>	<b>130.429</b>	<b>879.687</b>	<b>0,5</b>						

### Comentários

Houve aumento de 4,4% nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em relação ao 3T25.

As exposições reportadas na tabela CR4, são detalhadas por contraparte e fator de ponderação de risco na tabela CR5. Ambas adotam as regras e procedimentos da Resolução BCB nº 229/22.

# Risco de Crédito

## Abordagem padronizada – exposições por contraparte e Fator de Ponderação de Risco – FPR (CR5)

R\$ milhões

Categorias	Fator de ponderação de risco (FPR)										Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	0%	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	464.896	10.723	-	100	-	926	476.646				
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	13.949	13.949					
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-				
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	5.603	16.589	16.510	3.440	9.681	-	648	2.544	55.014		
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
6 Pessoas jurídicas não financeiras	-	17.530	148.138	82.385	-	85.740	-	-	-	3.006	336.800
I Das quais: financiamentos especializados	-	-		-	-		-	-	-	-	-
II Das quais: outros	-	17.530	148.138	82.385		85.740	-		-	3.006	336.800
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	9.130	2.100	-	-	32.033	43.263					
8 Exposições de varejo	55.005	183.534	-	91.692	330.231						

# Risco de Crédito

R\$ milhões

**Dez-25**

**Fator de ponderação de risco (FPR)**

Categorias	Fator de ponderação de risco (FPR)																			Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	
9 Exposições garantidas por imóveis	-	37.592	13.101	38.982	-	8.486	-	360	-	-	20.337	-	-	1.908	-	-	1.389	-	-	122.156
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	37.592	13.101	38.982	-	8.486	-	360	-	-	18.451	-	-	-	-	-	-	-	-	116.973
III. a Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	37.592	13.101	38.982	-	8.486	-	360	-	-	18.451	-	-	-	-	-	-	-	-	116.973
III. h Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V.a Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V.b Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.886	-	-	1.908	-	-	1.389	-	-	5.184
VII Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

# Risco de Crédito

R\$ milhões

Dez-25

## Categorias

## Fator de ponderação de risco (FPR)

Categorias	Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
10 Ativos problemáticos	136	6.553	8.722	3.388	18.799	
Categorias	0%	20%	100%	1250%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
	11 Outros ativos	15.209	-	253.296	-	34.315

## Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

R\$ milhões		a	b	c	d
		Dez-25			
Fator de ponderação de risco (FPR)	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio* (ponderado pelo FPR)	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
1	Menor que 40%	597.199	553	30%	597.364
2	40 - 70%	210.675	255.550	28%	281.803
3	75%	356.482	128.059	11%	371.018
4	80 - 85%	91.962	45.196	44%	111.999
5	90 - 100%	262.937	37.937	48%	281.333
6	105 - 130%	1.389	-	0%	1.389
7	150%	16.443	8.953	69%	22.609
8	250%	-	-	0%	-
9	400%	-	-	0%	-
10	1.250%	-	-	0%	-
	Outros	33.156	-	0%	31.403
<b>11</b>	<b>Exposição total</b>	<b>1.570.243</b>	<b>476.248</b>	<b>27%</b>	<b>1.698.919</b>

\* Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

## Comentários

O total das exposições de crédito após FCC e Mitigação aumentaram 6,5% em relação ao 3T25.

# Risco de Crédito de Contraparte

## 10. Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e as Áreas Econômicas, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada ( $RWA_{CPAD}$ ) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229/22.

### 10.1. Detalhamento das Exposição de Risco de Crédito de Contraparte

A tabela CCR1, apresenta a visão geral da abordagem utilizada para o cálculo do requerimento de capital para o risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos, e fornecer os principais parâmetros empregados, conforme estabelecido na Circular nº 3.809/16, e na Resolução BCB nº 229/22.

## Risco de Crédito de Contraparte

### Análise das exposições ao Risco de Crédito de Contraparte (CCR) por abordagem utilizada (CCR1)

	a	b	d	e	f
	Valor de reposição	Exposição potencial futura	Alpha empregado no cômputo da EAD regulatória	EAD pós-mitigação	RWA
<b>Dez-25</b>					
R\$ milhões					
1 Abordagem SA-CCR	9.244	9.008	1,4	25.554	19.463
1.1 Abordagem CEM	-	-		-	-
3 Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-
4 Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				583.750	10.914
<b>6 Total</b>					<b>30.377</b>

#### Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento de exposição em operações com instrumentos financeiros derivativos e em operações compromissadas.

Na tabela CCR3, detalha-se as exposições ao risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos sujeitas à abordagem padronizada, conforme estabelecido na Resolução BCB nº 229/22, por tipo de contraparte e fator de ponderação de risco (FPR).

### Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco (CCR3)

	<b>Dez-25</b>									
	<b>Fator de ponderação de risco (FPR)</b>									
R\$ milhões	a	b	c	d	d1	e1	f	g	h	i
<b>Contraparte</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>20%</b>	<b>50%</b>	<b>65%</b>	<b>85%</b>	<b>100%</b>	<b>150%</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Governos centrais e respectivos bancos centrais	200.579	-	-	-	-	-	-	-	-	200.579
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	55.778	-	945	1.197	-	-	-	6	1.989	59.914
Pessoa jurídica não financeira	314.334	-	-	-	16.218	-	18.258	-	-	348.811
Outras contrapartes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>\\ Total</b>	<b>570.692</b>	<b>-</b>	<b>945</b>	<b>1.197</b>	<b>16.218</b>	<b>-</b>	<b>18.258</b>	<b>6</b>	<b>1.989</b>	<b>609.304</b>

#### Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento de exposição em operações com instrumentos financeiros derivativos e em operações compromissadas.

## Risco de Crédito de Contraparte

Na tabela CCR5, detalha-se os tipos de colaterais financeiros constituídos pela contraparte em favor da instituição ou constituídos pela instituição em favor da contraparte em transações com instrumentos financeiros derivativos, operações compromissadas e de empréstimo de ativos, de acordo com a Circular nº 3.809/16, incluindo as transações efetuadas por meio de contrapartes centrais.

### Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR5)

R\$ milhões	a		b		c		d		e		f	
	Dez-25											
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos						Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos					
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais entregues		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte					
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos – outras moedas	-	28	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos federais	1.319	-	21.922	-	-	-	-	-	73.840	-	-	173.402
Títulos emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-	-	-	9.872	-	-	28.914
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros colaterais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>\\ Total</b>	<b>1.319</b>	<b>28</b>	<b>21.922</b>	<b>30</b>	<b>83.712</b>	<b>202.316</b>						

#### Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento nos colaterais recebidos e nos colaterais entregues em operações compromissadas.

A tabela CCR6 apresenta informações sobre o valor de nocional e valor justo dos derivativos de crédito (risco transferido e risco recebido), antes da compensação entre as posições vendidas e compradas.

### Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito (CCR6)

R\$ milhões	a		b	
	Dez-25			
	Risco transferido		Risco recebido	
<b>\\ Valor Nocional</b>	<b>138</b>		<b>4.304</b>	
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade ( <i>Single-name CDS</i> )	138	-	1.840	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-	-	-	-
Swaps de taxa de retorno total	-	-	2.464	-
<b>\\ Valor de Nocional total</b>	<b>-</b>		<b>-</b>	
<b>\\ Valor justo</b>	<b>1.168</b>		<b>26</b>	
Valor justo positivo (ativo)	1.168	-	-	-
Valor justo negativo (passivo)	-	-	-	26

#### Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento nas exposições associadas a derivativos com risco transferido e redução em risco recebido.

## Risco de Crédito de Contraparte

A tabela CCR8 demonstra visão abrangente das exposições a contrapartes centrais.

### Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais (CCR8)

R\$ milhões	a	b
	<b>Exposição após mitigação</b>	<b>RWA</b>
	<b>Dez-25</b>	
<b>1 Exposições a QCCPs (total)</b>		<b>285</b>
2 Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	13.938	279
3 (i) Derivativos de balcão	221	4
4 (ii) Derivativos padronizados	13.717	274
5 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
1 (iv) Demais operações	-	-
7 Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	21.179	
8 Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
9 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	60	6
10 Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
<b>11 Exposições a CCPs não qualificadas (total)</b>		<b>-</b>
12 Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
13 (i) Derivativos de balcão	-	-
14 (ii) Derivativos padronizados	-	-
15 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
11 (iv) Demais operações	-	-
17 Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
18 Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
19 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
20 Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por CCPs não qualificadas	-	-

#### Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento nas operações a serem liquidadas em QCCPs e aumento nas garantias em favor da QCCPs.

# Exposições de Securitização

## 11. Exposições de Securitização

Securitização é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de acordo com o processo de governança estabelecido, utilizando como forma de composição de Balanço.

A carteira é composta por operações de CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e FIDC – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, conforme abaixo:

- **CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio:** Instruído pela Lei nº 11.076/04, constituem em título de crédito nominativo, de emissão exclusiva de companhias securitizadoras e lastreado em Direitos Creditórios do Agronegócio;
- **CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários:** Instruído pela Lei nº 9.154/97, constituem em título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em atividades do setor imobiliário, abrangendo financiamentos de transações ou melhorias;
- **FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios:** Cumpre as instruções CVM, sendo a união de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios (recebíveis diversos).

Tais operações são consolidadas no Balanço Prudencial da Organização, de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** Títulos e valores mobiliários cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes:** Títulos e valores mobiliários cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro;
- **Valor Justo no Resultado:** Títulos e valores mobiliários não enquadrados nas categorias anteriores.

As operações securitizadas com retenção de riscos seguem os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

As exposições estão enquadradas no tipo de securitização tradicional que é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de securitização.

A Organização Bradesco não opera como patrocinadora de Sociedades de Propósito Específico (SPE), bem como não administra ou assessora entidades na aquisição de títulos de securitização de emissão própria.

Adicionalmente, nos últimos anos não ocorreram venda ou transferência de ativos sem retenção substancial de riscos. Sendo que todas as operações cedidas foram com retenção substancial de riscos.

## Exposições de Securitização

### 11.1. Detalhamento das Exposições de Securitização

Abaixo, é detalhado o total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses, que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo, segregadas por trimestre:

#### Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses (SECAe)

R\$ milhões	Out-25 a Dez-25	Jul-25 a Set-25	Abr-25 a Jun-25	Jan-25 a Mar-25
<b>1 Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
2 Total das Exposições honradas	-	-	-	-
3 Total das Exposições recompradas	3	4	3	5
4 Total das Exposições baixadas para prejuízo	-	-	-	-

#### Exposições de securitização classificadas na carteira bancária (SEC1)

A tabela a seguir apresenta informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira bancária.

R\$ milhões	Dez-25								
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
<b>1 Varejo (total), das quais:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 Atacado (total), das quais:</b>	-	-	-	-	-	-	<b>5.204</b>	-	<b>5.204</b>
7 empréstimos a pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	-	5.190	-	5.190
8 imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	14	-	14
9 arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

#### Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve aumento na exposição em Fundos de Direitos Creditórios.

#### Exposições de Securitização Classificadas na Carteira de Negociação (SEC2)

Informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira de negociação, as quais a Organização não possui exposições para a data-base em questão.

## Exposições de Securitização

### Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital – instituição como originadora ou patrocinadora (SEC3)

Informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como originadora ou patrocinadora, as quais a Organização não possui exposições para a data-base em questão.

### Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital – instituição como investidora (SEC4)

Demonstra as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como investidora.

	a	b	c	d	e	h		i	l		m	p		q	
	<b>Dez-25</b>														
	<b>Valores das exposições (por faixas de FPR)</b>					<b>Valor agregado das exposições</b>		<b>RWA</b>		<b>Requerimento de capital</b>					
	≤20%	20% < FPR ≤ 50%	50% < FPR ≤ 100%	100% < FPR < 1.250%	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%		Abordagem Padronizada	1.250%		Abordagem Padronizada	1.250%		
R\$ milhões															
<b>1 Exposições totais</b>	-	<b>3.802</b>	<b>1.116</b>	<b>285</b>	-	<b>5.204</b>	-		<b>2.237</b>	-		<b>179</b>	-		
<b>2 Securitização tradicional:</b>	-	<b>3.802</b>	<b>1.116</b>	<b>285</b>	-	<b>5.204</b>	-		<b>2.237</b>	-		<b>179</b>	-		
3 Da qual: securitização	-	3.802	1.116	285	-	5.204	-		2.237	-		179	-		
4 Da qual: com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		
6 Da qual: com ativos subjacentes que não sejam varejo	-	3.802	1.116	285	-	5.204	-		2.237	-		179	-		
8 Da qual: ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		
<b>9 Securitização sintética:</b>	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		
10 Da qual: securitização	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		
11 Da qual: com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		
12 Da qual: com ativos subjacentes que não sejam varejo	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		
13 Da qual: ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-		-	-		-	-		

#### Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve aumento na exposição em Fundos de Direitos Creditórios.

# Risco de Mercado

## 12. Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos;
- *Hedge*.

### 12.1. Estratégias utilizadas no Gerenciamento do Risco de Mercado

#### 12.1.1. Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado da Carteira *Trading* são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

**Carteira *Trading*:** composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira / Concentração.

## Risco de Mercado

### 12.1.2. Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

#### Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

### 12.1.3. Hedge e Utilização de Derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pela Área de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela Área de Tesouraria da Organização devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

## Risco de Mercado

### 12.1.3.1. Hedge Accounting

Implementado com o intuito de se reduzir a volatilidade do resultado contábil, o *hedge accounting* assegura que um ganho ou uma perda em um instrumento de *hedge* seja reconhecido no resultado no mesmo período no qual o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge* são classificadas em uma das categorias a seguir:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- **Hedge de investimento líquido no exterior:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

### 12.1.3.2. Derivativos Padronizados e de Uso Contínuo

A área de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

## 12.2. Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

## Risco de Mercado

### 12.2.1. Controle e Acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente que, diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, neste fórum, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer um destes limites, a diretoria da área de negócio responsável pela posição e o COGIRAC são informados tempestivamente sobre o consumo do limite, para a tomada de decisão. Havendo necessidade de aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para deliberação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

### 12.2.2. Comunicação Interna

A Área de Risco de Mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

## 12.3. Principais Características dos Modelos Utilizados

### 12.3.1. Value at Risk - VaR

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que, para o modelo gerencial, o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opções adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que tal apuração é realizada diariamente e, para o modelo regulatório, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo.

## Risco de Mercado

### 12.3.2. VaR Estressado – sVaR

O VaR Estressado (sVaR) é apurado diariamente com o objetivo de se replicar o cálculo do VaR que seria obtido em um determinado período histórico de estresse, porém utilizando a carteira atual da instituição. As volatilidades e correlações são apuradas a partir de janeiro de 2005 para os fatores de risco presentes na carteira atual, sendo que o modelo de cálculo das volatilidades e correlações adotado pela Organização, especificamente para o VaR Estressado, não utiliza decaimento. Uma vez encontrado o histórico das volatilidades e correlações, é apurado o VaR da posição atual considerando os parâmetros históricos, sendo então possível a determinação da data em que foi obtido o maior VaR para a carteira. A data de estresse selecionada também será aplicada para o VaR Estressado da carteira de opções. A verificação do período de estresse a ser utilizado nos cálculos do sVaR é realizada mensalmente. Ainda, analogamente ao VaR diário, o VaR Estressado também é extrapolado para o horizonte regulatório (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo e sua abordagem de apreçamento detalhada no item 12.3.7 Apreçamento de Instrumentos Financeiros.

### 12.3.3. VaR Modelo Interno – Backtesting

A metodologia de risco aplicada é avaliada continuamente através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia com os resultados hipotético e efetivos.

Na visão hipotética, o resultado é calculado através da reavaliação das posições aos novos preços de mercado, supondo-se a manutenção da carteira de um dia para o outro. Já na visão efetiva, são contemplados os impactos da reavaliação das posições, os resultados de novas operações realizadas durante o dia, *day trades* e outros itens não relacionados às variações de preço de mercado, por exemplo, tarifas, comissões e custos de corretagem.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados, para determinado nível de confiança. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

### 12.3.4. Modelos – Utilização no Conglomerado Prudencial

A mensuração e controle dos riscos associados às carteiras *Trading* e Regulatória é realizado de forma análoga e conjunta para todas as empresas que compõe o Conglomerado Prudencial da Organização.

### 12.3.5. Diferenças entre Modelo Gerencial e Modelo Regulatório

De caráter gerencial, a Análise de Estresse busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam significativamente desfavoráveis à Organização e que não são capturados pelas outras medidas de risco de mercado, como o VaR Delta-Normal, por exemplo. Por outro lado, o modelo regulatório utilizado para cenários de Estresse é o sVaR, cujo objetivo é replicar o cálculo do VaR que seria feito em um determinado período histórico de estresse, porém utilizando a carteira atual da instituição.

Ainda, em razão do tamanho de algumas posições, a Organização, em seu modelo gerencial, busca quantificar o número de dias necessários para que uma determinada posição seja liquidada ou “*hedgeada*”, sendo essa avaliação feita por fator de risco. Em face disso, seu modelo gerencial faz uso de fatores de liquidez, apurados diariamente, para cálculo do VaR. Tal metodologia difere-se da abordada no modelo

## Risco de Mercado

regulatório, uma vez que nesse último, adota-se uma janela correspondente ao maior valor entre 10 dias úteis e o horizonte da carteira, sendo essa janela fixa e igual para todos os instrumentos da carteira.

### 12.3.6. Volatilidade, Correlação e Retorno

O modelo adotado pela Organização para estimação da volatilidade é o alisamento exponencial (*Exponentially Weighted Moving Averages – EWMA*), com atualização diária, considerando em seus cálculos o retorno contínuo de 1 dia útil. Para a estimativa da volatilidade para a data de referência se utiliza uma janela de 252 dias úteis que se inicia na data útil imediatamente anterior à data de referência. O parâmetro relacionado ao peso dado a cada retorno é o fator de decaimento exponencial, que determina a taxa como os retornos passados perdem importância no cálculo da volatilidade. Para estimar o fator de decaimento mais apropriado para a carteira, é elaborado estudo com periodicidade no mínimo quinzenal, baseado nos principais fatores de risco que compõem a Carteira de Negociação acrescida das exposições de moedas e *commodities*. Com relação ao tamanho da amostra, é adotada para a apuração das volatilidades e correlações uma janela mínima de 252 dias úteis.

Assim como para a volatilidade, o modelo adotado pela Organização para cálculo da correlação é o EWMA, com atualização diária, ressaltando que os retornos diários, o tamanho da amostra (252 dias úteis) e o fator de decaimento são os mesmos adotados para o cálculo da volatilidade. Conforme determina a Circular nº 3.674/13 do Banco Central do Brasil, e conforme governança aprovada em Comitê, é utilizado o maior valor entre o VaR calculado com fator de decaimento (atribui maior peso aos retornos mais recentes) e o VaR sem fator de decaimento (os retornos possuem pesos iguais).

### 12.3.7. Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados para aprovação de acordo com a governança estabelecida, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros e Mercados Secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

## Risco de Mercado

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- **Frequência:** os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- **Formalismo:** a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- **Consistência:** o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização;
- **Transparência:** assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

As resoluções nº 4.277/13 e 4.389/14 estabelecem procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e diretrizes para aplicação de ajustes prudenciais para tais instrumentos. A Organização está alinhada às diretrizes dessas resoluções inclusive com a aplicação dos devidos ajustes prudenciais promovidos pela regulação.

### 12.4. Detalhamento das Exposições de Risco de Mercado

A tabela MR1 detalha o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada ( $RWA_{MPAD}$ ).

#### Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado (MR1)

R\$ milhões	a		
	Dez-25 $RWA_{MPAD}$	Set-25 $RWA_{MPAD}$	Dez-24 $RWA_{MPAD}$
<b>1 Taxas de juros</b>	<b>11.117</b>	<b>16.666</b>	<b>5.887</b>
1a Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	3.280	4.192	1.088
1b Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	3.702	1.756	3.364
1c Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	4.135	10.718	1.436
1d Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-	-	-
<b>2 Preços de ações (RWAACS)</b>	<b>1.702</b>	<b>1.728</b>	<b>3.496</b>
<b>3 Taxas de câmbio (RWACAM)</b>	<b>1.917</b>	<b>2.626</b>	<b>1.613</b>
<b>4 Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)</b>	<b>881</b>	<b>303</b>	<b>877</b>
<b>5 RWADRC</b>	<b>965</b>	<b>830</b>	<b>2.550</b>
<b>6 RWACVA</b>	<b>11.298</b>	<b>10.045</b>	<b>16.140</b>
<b>9 Total</b>	<b>27.879</b>	<b>32.199</b>	<b>30.563</b>

#### Comentários

Em comparação ao período anterior, o  $RWAMPAD$  apresentou redução, impulsionada principalmente pela diminuição da exposição à parcela de taxas dos cupons de índices de preços. A alocação está sendo realizada por meio do Modelo Interno.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 111/21, a Organização informa que não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no quarto trimestre de 2025.

## Risco de Mercado

Na tabela MR2, apresenta-se informações das variações dos ativos ponderados pelo risco referentes às exposições sujeitas ao risco de mercado na abordagem de modelos internos ( $RWA_{MINT}$ ), de que trata a Circular nº 3.646/13, para apuração do requerimento de capital.

### Informações sobre as variações do $RWA_{MINT}$ (MR2)

R\$ milhões	Dez-25			
	a VaR	b VaR estressado	e Outros	f $RWA_{MINT}$ total
<b>1 RWAmint na data-base anterior (Set-25)</b>	<b>5.431</b>	<b>7.218</b>	<b>10.875</b>	<b>23.523</b>
2 Mudanças nos níveis de risco	935	2.196	-	3.131
3 Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
4 Metodologia e regulação	-	-	-	-
5 Aquisições e vendas	-	-	-	-
6 Mudanças nas taxas de câmbio	929	589	-	1.518
7 Outros	-	-	-	-
Ajuste Regulatório	-	-	-	-
8 RWADRC			135	135
9 RWACVA			1.252	1.252
<b>10 RWAmint na data-base atual (Dez-25)</b>	<b>7.294</b>	<b>10.003</b>	<b>12.262</b>	<b>29.559</b>

#### Comentários

Em relação ao período anterior, o principal fator que contribuiu para o aumento do RWA de Risco de Mercado para abordagem de modelo interno ( $RWA_{MINT}$ ), foram as parcelas de ações, commodities e CVA.

Na tabela MR3, são informados os valores (máximo, médio, mínimo e final do trimestre) apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

### Valores dos modelos internos de risco de mercado (MR3)

R\$ milhões	a		
	Dez-25	Set-25	Dez-24
<b>\\ VaR (10 dias 99%)</b>			
1 Máximo	195,3	141,3	83,0
2 Médio	105,0	79,0	57,8
3 Mínimo	43,7	33,7	41,0
4 Final do trimestre	46,9	80,4	49,3
<b>\\ VaR estressado (10 dias, 99%)</b>			
5 Máximo	244,0	185,6	119,5
6 Médio	144,8	100,3	77,3
7 Mínimo	88,2	36,6	33,1
8 Final do trimestre	104,8	118,7	48,9

#### Comentários

O aumento no VaR das parcelas de juros influenciou o valor final do VaR observado no trimestre, em comparação ao período anterior.

A tabela MR4 apresenta comparação entre o resultado efetivo e o hipotético com o VaR, calculado pelo modelo interno de risco de mercado, conforme disposto na Circular nº 3.646/13.

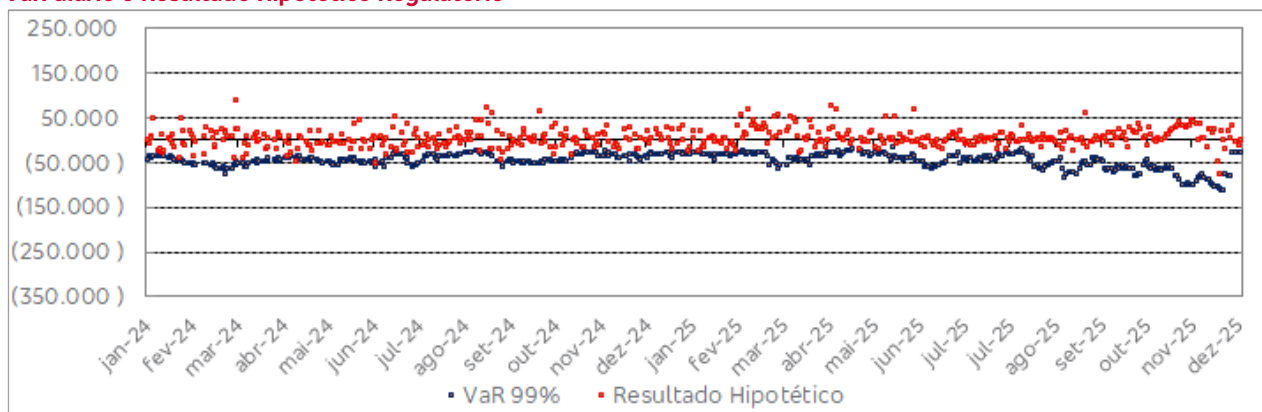
# Risco de Mercado

## Comparação das estimativas do var com os resultados efetivo e hipotético (MR4)

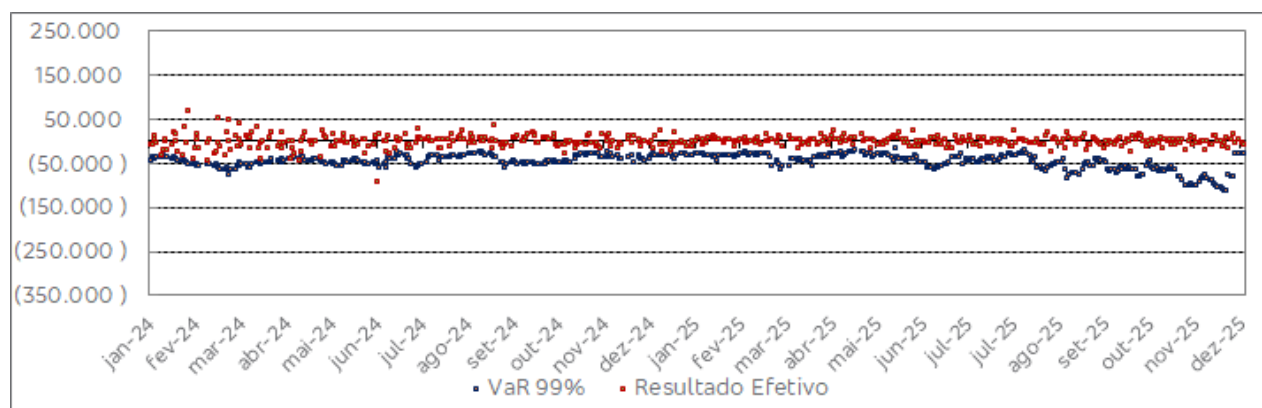
Os dois gráficos a seguir demonstram o VaR da Carteira Regulatória para 1 dia e os resultados hipotético e efetivo, apurados diariamente. O resultado efetivo inclui tarifas, corretagens, emolumentos e comissões.

A Organização utiliza 1 modelo interno de risco de mercado, portanto o requerimento de capital associado ao modelo é de 100%.

### VaR diário e Resultado Hipotético Regulatório



### VaR diário e Resultado Efetivo Regulatório



R\$ mil

Data de Abertura	VaR de 1 dia	Resultado Efetivo	Resultado Hipotético	Motivos
------------------	--------------	-------------------	----------------------	---------

O total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos é apresentado na tabela a seguir.

## Risco de Mercado

### Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos (OPD)

	a	b	c	d	e	f	g	h
R\$ milhões	<b>Dez-25</b>							
Posição	<b>Comprada</b>				<b>Vendida</b>			
Fator de Risco	Contraparte Central		Não Contraparte Central		Contraparte Central		Não Contraparte Central	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
1 Taxa de Juros	109.120	13.020	128.867	44.280	(135.888)	(11.365)	(158.111)	(53.885)
2 Taxa de Câmbio	29.596	1.689	81.788	35.765	(30.173)	(1.689)	(58.993)	(49.309)
3 Preço de Ações	1.809	9.225	6.362	251	(1.684)	(8.615)	(2.768)	(2.327)
4 Preços de Mercadorias (Commodities)	92	670	48	1.571	(41)	(1.820)	(92)	(611)

#### **Comentários**

Derivativos da Carteira de Negociação e Carteira Bancária.

## Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

### 13. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de taxa de juros na carteira bancária, também conhecido como IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), pode ser entendido como a possibilidade de uma instituição ser impactada de forma negativa em seus resultados e no seu capital, em função de eventuais variações no nível de taxa de juros e os seus respectivos impactos na carteira bancária.

**Carteira *Banking*:** composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*.

#### 13.1. Processo de Gerenciamento do IRRBB

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pelas áreas especialistas e avaliados pela Comissão Técnica de Testes de Estresse - COTES da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o  $\Delta$ EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação do resultado de intermediação financeira em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o  $\Delta$ NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

#### 13.1.1. Métricas de Cálculo

Todas as métricas mencionadas anteriormente são calculadas para atendimento da Governança do Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria que prevê frequência quinzenal de mensuração. A reavaliação dos cenários de choques ocorre posteriormente a cada reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). Caso seja necessário, em função de alguma demanda pontual, também é possível a atualização do cálculo em outras frequências.

## Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

### 13.1.2. Cenários de Choque e Estresse

Além dos cenários padronizados definidos pelo Regulador, o processo de geração de cenários de choque da Organização, utilizados pelo modelo interno na apuração do IRRBB, contempla abordagens quantitativas, baseadas em estudos estatísticos e simulações, assim como também uma abordagem prospectiva, que fica sob a responsabilidade direta da Área de Pesquisa Econômica, com revisão da Comissão Técnica de Testes de Estresse – COTES.

O período de análise é compreendido a partir de janeiro de 2008. Essa data de corte foi escolhida de modo a, simultaneamente: (i) capturar o período mais recente da economia brasileira, considerando-se as diversas mudanças estruturais ocorridas e a consequente tendência de queda das variáveis sob análise; e (ii) capturar a crise global de 2008, que, ao caracterizar um período de estresse per se, inclui a maior parte das oscilações máximas observadas nos fatores de risco em questão.

### 13.1.3. Mensuração do IRRBB

#### Modelo Interno

A Organização possui, além da metodologia padronizada definida pelo regulador, os seus próprios modelos internos que consideram premissas similares ao modelo regulatório. Dentre estas premissas destacam-se:

- Os depósitos sem vencimento definido (NMDs) baseiam-se em estudos estatísticos que levam em consideração a evolução e comportamento históricos;
- Os choques são definidos pela Comissão Técnica de Estresse – COTES e validados pelo Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria baseados em dados históricos, estudos estatísticos e análises prospectivas;
- O Patrimônio Líquido Livre é utilizado na apuração das métricas.

#### Modelagem e Padronização

Optou-se por considerar o *spread* médio de cada produto na taxa de desconto utilizada no cálculo do seu valor presente, ou seja, a taxa de desconto contempla a taxa livre de risco com a adição do respectivo *spread* do produto.

Os modelos de pré-pagamento e resgate antecipado foram baseados em estudos estatísticos considerando safras e evoluções históricas de cada produto.

Importante também mencionar que os cenários internos de choques consideram consistências entre os fatores de risco, de forma que todos os resultados ou sensibilidades geradas podem ser somados.

#### Depósitos sem Vencimento Definido (NMD)

Com relação aos depósitos sem vencimento definido (NMD), tanto o modelo interno como o modelo regulatório possuem perfil de maturidade similares conforme estudos estatísticos baseados nos saldos agregados. Todavia, o modelo regulatório respeita o prazo médio definido pela Circular nº 3.876/18.

## Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

### 13.1.4. Hedge e Utilização de Derivativos

A gestão de descasamentos de ativos e passivos gerados pelos negócios da Organização no Brasil e no Exterior, além do *hedge* do patrimônio externo, é realizada com base na análise dos cenários político-econômico, nacional e internacional.

Os resultados, as estratégias, comportamentos e riscos dos descasamentos e indexadores mantidos pela Organização são acompanhados e referendados pelo Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria.

A gestão de Ativos e Passivos busca adequar o tratamento contábil das operações utilizadas para *hedge* com o comportamento dos ativos e passivos objetos, além de alinhar o objetivo estratégico de manutenção do *hedge*.

### 13.2. Detalhamento IRRBB

As métricas  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII (variação máxima) não apresentaram oscilações expressivas. Os movimentos encontram-se dentro do esperado para a variação da carteira no período.

#### Informações quantitativas sobre o IRRBB (IRRBB1)

Os valores positivos correspondem a situações de perda, enquanto valores negativos refletem ganhos.

R\$ milhões	$\Delta$ EVE		$\Delta$ NII	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
<b>Data-base</b>				
Cenário paralelo de alta	11.386	10.803	4.936	5.662
Cenário paralelo de baixa	(12.330)	(10.913)	(5.752)	(5.628)
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	9.536	9.947		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	(10.209)	(10.707)		
Cenário steepener	(3.724)	(4.693)		
Cenário flattener	6.000	6.972		
<b>Variação máxima</b>	11.386	10.803	4.936	5.662
<b>Data-base</b>				
<b>\\ Nível I do Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>145.844</b>		<b>124.633</b>	

#### Comentários

As métricas de  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII (variação máxima) não apresentaram oscilações expressivas. Os movimentos encontram-se dentro do esperado para a variação da carteira no período.

# Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

## 14. Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos (SAC) representam a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças do clima e de danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

Esses riscos, quando associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com clientes por meio de atividades de financiamentos e investimentos.

Conforme definidos no Art. 38-C da Resolução CMN nº 4.557/17, os Riscos Sociais compreendem a violação de direitos, garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como a prática de trabalho análogo à de escravo e ao trabalho infantil.

Os Riscos Ambientais abrangem a degradação do meio ambiente e uso excessivo de recursos naturais e os Riscos Climáticos, referem-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos (riscos físicos). Em resposta ao aumento desses riscos, mudanças socioeconômicas precisam acontecer, causando a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados (riscos de transição).

### Processo de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

O processo de gerenciamento conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que visa a identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desses riscos em diversos processos. A seguir estão as atribuições que se destacam no gerenciamento e controle de riscos sociais, ambientais e climáticos:

<p><b>Avaliação de Riscos SAC</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Analisar e emitir parecer de riscos nas operações de crédito e em garantias imobiliárias que se enquadram no escopo;</li> <li>■ Analisar e monitorar operações de financiamento a projetos; Propor metodologias de avaliação de RSAC prévias às operações enquadrados no escopo e realizar acultramento das áreas chaves da Organização em relação ao tema.</li> </ul>
<p><b>Monitoramento e Governança de Riscos SAC</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Propor as métricas de controle RSAC, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido;</li> <li>■ Monitorar a exposição da carteira de crédito aos potenciais impactos SAC por setor;</li> <li>■ Avaliar os impactos de cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono; Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do RSAC nas comissões e comitês executivos nos quais o tema é abordado, e garantir que os assuntos relevantes sejam reportados ao Conselho de Administração.</li> </ul>

### Iniciativas e compromissos

A Organização assumiu diversos compromissos e participa de iniciativas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos, tais como Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), Net Zero Banking Alliance (NZBA), além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de risco climático para a indústria bancária, em linha com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Os assuntos relacionados à análise e monitoramento dos riscos social, ambiental e climático são reportados periodicamente à Diretoria Executiva e Conselho de Administração, bem como aos fóruns e áreas envolvidas no processo de gerenciamento desses riscos.

# Risco de Modelo

## 15. Risco de Modelo

Define-se por modelo as informações que apoiam os processos decisórios, derivadas de qualquer método, hipóteses, técnicas e sistema ou abordagem quantitativa, entre outros, que aplica teorias estatísticas, econômicas, financeiras ou matemáticas para transformar dados em estimativas.

O risco de modelo é representado pela possibilidade de consequências adversas decorrentes de tomada de decisão de negócio inapropriada, baseada em modelo desenvolvido com falhas/deficiências, ou ainda, devido ao uso inadequado.

### Processo de Gerenciamento de Risco de Modelo

O uso de modelos no apoio à tomada de decisões de negócio é uma prática cada vez mais difundida nas instituições financeiras. Essas ferramentas viabilizam a sintetização de assuntos complexos, a padronização e a automatização da tomada de decisões e a possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas, acarretando melhoria da eficiência pela redução dos custos associados à análise e à decisão manual.

A Organização utiliza modelos para apoio na tomada de decisões, elaboração de relatórios financeiros e de regulamentação, e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como o gerenciamento dos riscos, o cálculo de capital, o teste de estresse e outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação. Assim, a Organização reconhece a existência do risco associado ao uso dos modelos e a importância do processo de gerenciamento desse risco. A coordenação desse processo envolve a AVIM - Avaliação Independente de Modelos.

A AVIM é responsável por avaliar se os modelos estão desempenhando como esperado, de acordo com seus objetivos de desenvolvimento e uso, e por identificar potenciais limitações avaliando possíveis impactos. Também é responsável por estabelecer normas visando a padronização de procedimentos relacionados ao Inventário Corporativo de Modelos da Organização e à mensuração e controle de Risco de Modelo.

### Metodologia de Risco de Modelo

A metodologia de risco de modelo compreende a classificação em *Tiers*, que representam a sua relevância para a Organização e determinam a priorização, a latência e o nível de profundidade das análises empregadas em sua avaliação.

A abordagem de avaliação do risco do modelo contempla aspectos qualitativos e quantitativos, cuja análise resulta em uma nota que leva a 5 níveis de *rating*: Risco Mínimo, Risco Baixo, Risco Moderado, Risco Alto e Risco Muito Alto.

A AVIM elabora o cronograma de validação dos modelos a partir dos critérios de priorização (*Tier*) e submete para avaliação da Comissão de Risco de Modelo.

Adicionalmente, o reporte do monitoramento do risco de modelo é realizado na Comissão de Risco de Modelo e Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, este último responsável por discutir e formalizar as metodologias para controle e avaliação do risco.

# Risco Operacional

## 16. Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

### 16.1. Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A política de gestão do risco operacional estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para assegurar a identificação e o gerenciamento eficiente do risco, garantindo a existência de uma estrutura adequada e compatível com a natureza e a complexidade das operações da Organização.

Ela orienta o monitoramento da exposição ao risco, define limites aceitáveis de perdas e apoia a adequada alocação de capital. Além disso, promove a disseminação da cultura de riscos entre os colaboradores e terceiros, de forma que compreendam seus papéis e responsabilidades na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional, em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis. A política também contempla mecanismos para avaliação de riscos associados a novos produtos, serviços, processos e sistemas.

O gerenciamento do risco operacional ocorre de maneira corporativa e envolve diferentes áreas com atribuições específicas, assegurando uma estrutura eficiente que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão. O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização.

O processo de gerenciamento considera ainda o ambiente regulatório, sendo seus principais resultados e aspectos reportados periodicamente à Alta Administração e ao Regulador. Esses procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de modo a assegurar o atendimento ao apetite de risco estabelecido pela Organização. Os eventos de perdas operacionais são analisados e discutidos com as partes envolvidas, incluindo a Alta Administração, pois além de representarem desafios, fornecem insights para o aprimoramento contínuo dos processos. Essas análises contribuem para o fortalecimento da gestão de riscos e o aumento da resiliência operacional na Organização.

### 16.2. Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 356/23, a Organização realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao Risco Operacional mediante abordagem padronizada ( $RWA_{opad}$ ). Além disso, utiliza os dados internos de perdas operacionais, os quais são elementos para apuração do capital econômico de risco operacional baseado em modelo interno. Neste contexto, os eventos de risco operacional são classificados em:

#### Eventos de Risco Operacional

■ Fraudes Internas	■ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição
■ Fraudes Externas	■ Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI)

## Risco Operacional

■ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho	■ Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição
■ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	■ Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados

### 16.3. Controle e Acompanhamento

A mensuração do risco operacional é realizada por meio de um sistema estruturado e centralizado para captura, armazenamento, consolidação e gestão das perdas operacionais. Essa solução permite análises quantitativas e qualitativas, estudos de impacto, relatórios gerenciais e identificação de padrões históricos, bem como serve de insumo para o cálculo do capital econômico e regulatório.

Adicionalmente, a Organização utiliza uma solução integrada para gestão de riscos que documenta análises de risco, controles e ações mitigadoras que subsidiam a gestão de incidentes relevantes e a revisão de cenários utilizados em modelos internos, contribuindo para a consistência metodológica e a priorização das iniciativas de mitigação.

### 16.4. Comunicação Interna

A elaboração e o envio dos relatórios gerenciais seguem padrões estabelecidos pelas normas regulatórias e são submetidos à Diretoria Executiva por meio de comissões e comitês de Risco e ao Conselho de Administração. Esses materiais consolidam a visão institucional sobre a exposição ao risco operacional e fornecem subsídios para a tomada de decisão estratégica.

O conjunto de informações são reportadas mensalmente e contemplam o monitoramento do Indicador de Apetite a Risco Operacional (RAS), o acompanhamento do orçamento frente ao realizado de perdas operacionais e a análise de incidentes relevantes, considerando o critério de relevância estabelecido no art. 6º da Instrução Normativa BCB nº 33/20.

Adicionalmente, são submetidos às instâncias de governança os resultados das mensurações do capital regulatório e econômico. Esse processo reforça a aderência regulatória e contribui para a avaliação integrada do nível de capital necessário para a adequada cobertura dos riscos.

### 16.5. Estratégias de mitigação do Risco Operacional

Para a mitigação do risco operacional, a Organização adota um conjunto integrado de práticas que envolve a disseminação contínua da cultura de riscos, por meio de treinamentos, campanhas internas e ações de capacitação, incluindo prestadores de serviços terceirizados. Esse processo é complementado pelo desenho e pela implementação de controles preventivos e preditivos, alinhados ao mapeamento e à avaliação dos riscos críticos associados às áreas, processos e produtos.

As ações mitigatórias são conduzidas de forma orientada a risco, apoiando a tomada de decisão. O acompanhamento sistemático dos impactos ao Apetite a Risco (RAS) é realizado com avaliações especializadas e análise de causa raiz, assegurando a compreensão dos principais ofensores e correções tempestivas.

Adicionalmente, a Organização conduz revisões periódicas de processos de gerenciamento, fortalecendo a capacidade de prevenção e detecção de incidentes. O processo de captura, registro, reconciliação e

## Risco Operacional

monitoramento de perdas operacionais garante a rastreabilidade, acurácia dos dados e conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis.

Em 2025, a Organização implementou a ABR – Abordagem Baseada em Riscos com o objetivo de identificar e priorizar riscos, para concentrar os esforços e os recursos das Áreas de Riscos nos temas/processos mais críticos e que requerem maior profundidade.

Essa metodologia visa revisar o modelo operacional de Compliance/Controles Internos, proporcionando eficiência operacional e atuação preditiva e preventiva, aumentar a senioridade do quadro, com foco em gestão de riscos, negócios e análise de dados para tomada de decisão mais assertiva, além de integrar a célula de *Business Analytics* para maior cobertura, ampliação de testes em base de dados e diagnósticos mais apurados e tempestivos.

### 16.6. Detalhamento das Exposições de Risco Operacional

#### Histórico de perdas operacionais (OR1)

A tabela OR1 apresenta o histórico anual das perdas operacionais, detalhando os valores de perdas líquidas, ou seja, o valor efetivo das perdas, já descontadas as recuperações e incluindo provisões para contingências legais e suas respectivas reversões. Além disso, são informados o número de eventos registrados e os descartes autorizados pelo Banco Central do Brasil, conforme os limiares de R\$ 100 mil e R\$ 500 mil.

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	
	Dez-24 <sup>1</sup>	Dez-23	Dez-22	Dez-21	Dez-20	Dez-19	Dez-18	Dez-17	Dez-16	-	Média dos últimos 10 períodos anuais	
<b>R\$ milhões</b>												
<b>Com limiar de R\$100.000,00 (cem mil reais)</b>												
1	Valor da perda líquida	6.330	4.908	3.715	3.283	3.970	4.500	2.682	2.751	1.535	-	3.742
2	Número de eventos de perda operacional	34.637	37.212	37.764	38.753	39.067	41.184	39.277	35.088	26.423	-	-
3	Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Número de eventos de perda descartados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Valor da perda líquida considerando eventos descartados	6.330	4.908	3.715	3.283	3.970	4.500	2.682	2.751	1.535	-	3.742
<b>Com limiar de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)</b>												
6	Valor da perda líquida	3.862	3.208	2.515	2.191	2.886	2.424	1.871	1.979	984	-	2.435
7	Número de eventos de perda operacional	8.109	8.960	9.324	9.443	9.696	10.157	9.954	9.091	6.436	-	-
8	Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	Número de eventos de perda descartados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Valor da perda líquida considerando eventos descartados	3.862	3.208	2.515	2.191	2.886	2.424	1.871	1.979	984	-	2.435
<b>Detalhes do cálculo do RWAOPAD</b>												
13	Limiar de perdas utilizado no cálculo do ILM: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).						500.000					

(1) Data base do DRO utilizado na apuração do capital vigente em Dez/25.

#### Comentários

Não houve descartes de dados autorizados pelo Banco Central do Brasil desde a última divulgação. Os valores de perdas operacionais divulgados, foram utilizados para o cálculo do ILM, considerando o histórico de perdas dos últimos nove anos, adotando o limiar de perdas igual ou superior a R\$ 500.000, conforme estabelecido no artigo 11 da Resolução BCB nº 356/23.

# Risco Operacional

## Composição do Indicador de Negócios - BI (OR2)

A tabela OR2 apresenta a composição do Indicador de Negócios (BI) e componentes que servem de base para apuração do cálculo de requerimento de capital para risco operacional. Cada componente é calculado conforme os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 356/23 e na Instrução Normativa BCB nº 479/24, utilizando os dados quantitativos do período de referência.

R\$ milhões	a	b	c
<b>BI e componente</b>	<b>Jun-25<sup>1</sup></b>	<b>Jun-24</b>	<b>Jun-23</b>
1 Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	41.586		
1a Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	416.508	326.737	360.909
1b Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	(357.418)	(269.823)	(299.879)
1c Ativos geradores de juros (IEA)	1.280.823	1.226.869	1.148.613
1d Receitas de participações (DI)	17.139	12.747	11.688
2 Componente de serviços (SC)	45.169		
2a Receita de serviços (FI)	31.697	29.672	28.224
2b Despesa de serviços (FE)	(6.129)	(5.309)	(4.823)
2c Outras receitas operacionais (OOI)	16.241	7.215	6.781
2d Outras despesas operacionais (OOE)	(21.553)	(12.580)	(11.694)
3 Componente financeiro (FC)	2.499		
3a Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	740	(30)	631
3b Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	1.112	441	(4.543)
4 Indicador de Negócios (BI)	89.255		
5 Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	13.238		

### Divulgação relativa ao BI

	a	b	c
	<b>Jun-25</b>	<b>Jun-24</b>	<b>Jun-23</b>
6c Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-

(1) Data base utilizada na apuração do capital vigente em dezembro/25.

### Comentários

Por se tratar da primeira divulgação destas informações, não houve alterações significativas em relação a períodos anteriores.

## Requerimento de capital para o risco operacional (OR3)

A tabela OR3 apresenta os valores do requerimento de capital para o risco operacional, calculados conforme a Abordagem Padronizada. São destacados o Indicador de Negócios Ponderado (BIC), conforme artigo 4º da Resolução BCB nº 356/2023, o Multiplicador de Perdas Internas (ILM), conforme artigo 10º, e a parcela  $RWA_{opad}$ , conforme artigo 3º da mesma resolução.

R\$ milhões	<b>Dez-25</b>
1 Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	13.238
2 Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1,03
3* Requerimento de capital para o risco operacional	13.633
4* $RWA_{opad}$	170.409

(\*) Os valores apresentados não consideram a aplicação da regra de faseamento prevista no Art. 19 da Resolução BCB nº 356/23, sendo utilizados os montantes integrais calculados pela metodologia vigente, sem a incorporação dos percentuais autorizados para o período de transição.

# Gestão de Continuidade de Negócios

## 17. Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Organização fundamenta seu programa de GCN na norma ABNT NBR ISO 22.301, a qual define Continuidade de Negócios como “a capacidade da Organização de continuar a entrega de produtos ou serviços em um nível aceitável previamente definido após incidentes de interrupção”.

Os procedimentos adotados após uma interrupção, e que devem garantir o nível operacional aceitável dos processos de negócios críticos – internos ou terceirizados, estão contidos em um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que objetiva a recuperação das atividades para minimizar possíveis impactos aos nossos clientes.

A estrutura organizacional e a governança estabelecida para Continuidade de Negócios contemplam políticas e normas corporativas as quais definem papéis e responsabilidades que visam garantir que os planos e estratégias empregados estejam atualizados. A eficácia do PCN é garantida mediante a realização de testes e exercícios periódicos junto às unidades de negócios. O Programa de Gestão de Continuidade da Organização considera também as atividades de processos críticos realizados por prestadores de serviços.

As políticas e normas internas estão alinhadas às regulamentações do Banco Central do Brasil e recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. O processo de Gestão de Continuidade de Negócios está sob a responsabilidade da área Resiliência, Continuidade e Crises, alocado em *Cyber Risks* e Resiliência Operacional.

### Processo de Gestão de Continuidade de Negócios

O processo de Gestão de Continuidade de Negócios é realizado de maneira corporativa e integrada e visa o cumprimento do ciclo anual na Organização, no qual as unidades devem:

- Revisar os processos de negócios tempestivamente através da Análise de Impacto do Negócio (BIA – *Business Impact Analysis*);
- Avaliar as Estratégias de Continuidade;
- Manter os planos revistos e atualizados em ferramenta corporativa;
- Treinar as pessoas envolvidas nas atividades designadas;
- Testar os planos e estratégias seguindo o planejamento anual;
- Avaliar os resultados obtidos e promover ajustes e melhorias, quando necessário;
- Identificar, avaliar e tratar dos procedimentos de continuidade envolvendo fornecedores e sistemas considerados relevantes para as atividades da unidade.

As ações de continuidade de negócios são desenvolvidas internamente, baseadas em melhores práticas divulgadas pelos principais órgãos internacionais do setor: DRII – *Disaster Recovery Institute International* (EUA) e BCI – *Business Continuity Institute* (Inglaterra), e também normativos e *frameworks* nacionais, como por exemplo, as normas ABNT NBR ISO 22.301 e ABNT NBR ISO 22.313.

### Controle e Acompanhamento

Todas as etapas do processo de gestão de continuidade são controladas pela área de Resiliência, Continuidade e Crises através de acompanhamento de testes e exercícios de PCN das áreas de negócios, bem como exercícios de *Disaster Recovery* (DRPs) junto às áreas de tecnologia, sendo seus resultados avaliados e disponibilizados às respectivas unidades e fóruns da Organização, e ficando disponíveis para os Órgãos Reguladores e Auditorias Internas e Externas. Adicionalmente, a área de Resiliência, Continuidade e Crises também é responsável por zelar pela manutenção dos ativos de infraestrutura física do site de Continuidade de Negócios Corporativos.

### Comunicação Interna

As ações de comunicação estão acessíveis aos funcionários das Áreas e Empresas Ligadas através de: Políticas e Normas de Continuidade de Negócios e Fornecedores Relevantes, disponíveis no sistema Normativo; Treinamento on-line, por meio da intranet corporativa; Reuniões com os Responsáveis PCN e Palestras de conscientização.

# Gestão de Crises Corporativa

## 18. Gestão de Crises Corporativa

A Organização define incidente e crise da seguinte forma:

Incidente: evento momentâneo, de pequena complexidade e com possível repercussão perante partes interessadas. O incidente, a depender da gravidade, é classificado como relevante ou crítico. Crise: caracteriza-se como a ocorrência de evento (ou combinação de eventos) extremamente adverso, raro, instável e complexo que possa resultar em uma deterioração de relacionamento com partes interessadas bem como representar uma potencial ameaça aos objetivos estratégicos, à reputação ou até mesmo à existência da Organização.

### Processo Corporativo de Gestão de Crise

O processo corporativo de gestão de crise contribui para que eventuais indícios de incidente e crise sejam tempestivamente identificados, avaliados e classificados quanto a sua gravidade, de forma que ações sejam prontamente tomadas visando reestabelecer o curso normal das atividades e fortalecer a resiliência operacional da Organização.

O processo corporativo de Gestão de Crise compreende as seguintes etapas:

- **Prevenção:** Identificar vulnerabilidades e elaborar cenários que possam resultar em incidente e/ou crise;
- **Preparação:** Elaborar planos de resposta a incidentes e/ou crises e realizar treinamentos;
- **Resposta:** Acionar a gestão de incidentes e crises e executar planos de resposta;
- **Recuperação:** Identificar oportunidades para aprimorar processos e planos de gestão de incidentes e crises.

De forma a harmonizar a percepção quanto à gravidade de um incidente e/ou crise, a Organização estabeleceu níveis de impactos que auxiliam na otimização de recursos e dimensionamento dos esforços necessários à luz do evento que se apresenta, sendo incidente relevante, incidente crítico e crise.

A comunicação interna de gestão de incidentes e crises corporativa é realizada de forma tempestiva, através da emissão de boletins e reportes conforme governança estabelecida.

### Estrutura Corporativa de Gestão de Crises

A estrutura corporativa de gestão de incidentes e crises compreende em um processo robusto de controle, composta por fóruns que respaldam a tomada de decisão, informando, propondo ações necessárias e relatando a efetividade das ações executadas.

# Risco de Estratégia

## 19. Risco de Estratégia

O risco de estratégia é representado pela possibilidade de deterioração de resultado, capital e/ou dos indicadores estratégicos, em relação ao planejado, decorrente de decisões empresariais não alinhadas à estratégia, implantação inadequada de decisões bem como falta e/ou insuficiência de reação às mudanças do ambiente empresarial.

### Processo de Gerenciamento do Risco de Estratégia

O processo de gestão do risco de estratégia é realizado de maneira corporativa, com envolvimento de diversas dependências e níveis hierárquicos, com o intuito de identificar, classificar, controlar e reportar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos da Organização.

O gerenciamento do risco de estratégia é realizado periodicamente por meio do acompanhamento do risco das temáticas estratégicas, considerando a avaliação dos objetivos e iniciativas estratégicas, fatores críticos de sucesso, vantagem e desvantagem competitiva e oportunidades e ameaças, entre outros aspectos.

O gerenciamento do risco de estratégia é respaldado por Política e Norma, que descrevem o escopo de avaliação, metodologia e governança do risco de estratégia, alinhadas às diretrizes da Organização.

# Risco de Contágio

## 20. Risco de Contágio

O Risco de Contágio é representado pela possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente dos relacionamentos (contratuais ou não) da Organização com empresas controladas, coligadas, estruturas paralelas, controladoras, fundos de investimentos, fundações, fornecedores e parceiros não consolidados no Conglomerado Prudencial.

### Processo de Gerenciamento do Risco de Contágio

A Organização, diante da complexidade e variedade das suas atividades, interage com diversas entidades não presentes na consolidação das demonstrações financeiras e, portanto, também está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos.

O processo de gestão do risco de contágio é realizado de maneira corporativa e integrada, compreendendo a avaliação de relacionamentos não consolidados no Conglomerado Prudencial, nas quais, a despeito de haver ou não participação no capital, podem gerar necessidade de futuro aporte financeiro, ainda que não haja obrigação legal ou contratual de fazê-lo, além da possibilidade de impactar a reputação da Organização. Pensando nisso, esse processo contribui para que eventuais indícios de contágio sejam tempestivamente identificados, avaliados e classificados quanto à sua gravidade, de forma que ações sejam prontamente adotadas visando subsidiar à Alta Administração na tomada de decisão.

Nesse sentido, a Organização reconheceu este tema em Política e Norma de risco de contágio, as quais versam sobre o escopo de avaliação, metodologia e governança do risco de contágio. A metodologia compreende um conjunto de indicadores financeiros, do ambiente de controle, de gestão e da materialidade da entidade que visam capturar a probabilidade e impacto de um potencial risco de contágio da entidade avaliada, resultando em classificação em um dos seguintes níveis: Mínimo, Baixo, Moderado, Alto e Muito Alto.

Os assuntos relacionados à análise e monitoramento do risco de contágio são reportados tempestivamente às áreas envolvidas, conforme governança estabelecida.

# Risco de Segurança Cibernética

## 21. Risco de Segurança Cibernética

Representado pela possibilidade de incidentes cibernéticos, incluindo, ataques, intrusões e vazamentos de dados e informações que possam comprometer a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos processos de negócios críticos, ativos e/ou infraestrutura crítica da Organização.

### Processo de Gerenciamento do Risco de Segurança Cibernética

A estrutura de gerenciamento do risco de segurança cibernética tem como objetivo assegurar uma governança compatível com o porte, perfil de risco e modelo de negócio da Organização, para que os ativos e infraestrutura crítica de TI sejam capazes de resistir a ataques cibernéticos. Tal estrutura é adotada de maneira corporativa e envolve diversas áreas da Organização, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente no controle e mitigação destes riscos, permitindo que sejam identificados, mensurados, tratados e comunicados, contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Para assegurar um gerenciamento eficaz do risco de segurança cibernética, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão, a Organização está fundamentada nos pilares da Segurança da Informação e Cibernética:

- **Confidencialidade:** Com a devida classificação, criptografia, controles de acesso e segmentação das redes para que o direito de leitura, cópia e uso da informação seja concedido somente quando necessário e para pessoas autorizadas, protegendo a Organização contra uso indevido ou vazamentos de dados;
- **Integridade:** Com os adequados controles de autenticação, rastreabilidade e proteção de dados para garantir precisão, consistência e confiabilidade da informação, protegendo os ativos da Organização contra software malicioso ou ataques cibernéticos que causem dados corrompidos, alterados ou destruídos;
- **Disponibilidade:** Com os devidos procedimentos de cópias de segurança, contingência e redundância, para que os processos críticos de negócios possam ser executados adequadamente, protegendo os ativos da Organização contra os ataques cibernéticos que possam comprometer a capacidade da infraestrutura de tecnologia e causem instabilidade, desativação ou indisponibilidade de serviços.

Os princípios acima são seguidos na adoção das melhores práticas de mercado em processos, metodologia e controles para identificação e gestão do risco de segurança cibernética, bem como, prevenção e tratamento de incidentes de segurança da informação e cibernéticos. Para tanto, são realizadas as seguintes atividades:

- **Identificação de Ameaças:** Detectar e identificar as ameaças e vulnerabilidades, assim como, identificar e avaliar riscos e definir potenciais cenários que possam afetar o ambiente cibernético da Organização. Esta etapa compreende também o monitoramento contínuo de indicadores de governança que contribuem para aprimorar a identificação de tendências e antecipar possíveis incidentes;
- **Proteção Contra-ataques:** Executar ações preventivas para mitigar ou transferir o risco de segurança cibernética e salvaguardar os ativos críticos, como conscientização e treinamentos de segurança da informação e cibernética, assim como, implementar atualizações de segurança, proteção contra vírus, arquivos e softwares maliciosos, gerenciados e atualizados periodicamente;
- **Detecção de Ataques:** Monitorar e identificar tempestivamente o risco materializado em ataques ou vazamento de informações, com ferramentas de monitoramento e processos de investigação que dão conhecimento aos responsáveis pelas ações de resposta;
- **Resposta e Recuperação de Ataques:** Registrar, analisar a origem e os efeitos de incidentes relevantes, ações devidamente detalhadas em normativos específicos de Gestão de Incidentes,

## Risco de Segurança Cibernética

definindo a avaliação de criticidade, designação de responsáveis e atuação esperada para conter o incidente, restaurar os ativos e mitigar os impactos além de nortear as ações a serem tomadas no pós-incidente para subsidiar a tomada de decisões que evitem a ocorrência de novos ataques similares.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.893/21 do Banco Central do Brasil, a Organização adota diversas medidas para garantir a proteção de seus ativos. Entre essas medidas estão políticas e normativos corporativos revisados anualmente, atividades de treinamento e conscientização em segurança da informação, comunicação de ameaças e incidentes às partes interessadas, gestão de indicadores de segurança, emissão de relatório anual, além de testes independentes e periódicos de efetividade realizados nos controles-chave para monitoramento do risco cibernético.

Os assuntos relacionados aos eventos de risco de segurança cibernética são reportados de forma tempestiva e periódica nos fóruns de controle de riscos da Organização, incluindo comunicação oportuna às partes interessadas.

### Metodologia de Mensuração do Risco de Segurança Cibernética

A Organização utiliza fontes de informação internas e externas sobre novos tipos de ameaças, vulnerabilidades e ataques cibernéticos, além de padrões de mercado como ISO/IEC 27005:2018 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação, NIST *Cybersecurity Framework* – NIST CSF (Guia de Aperfeiçoamento da Segurança Cibernética para Infraestrutura Crítica) e Metodologias Internacionais para Qualificação e Quantificação de Riscos Cibernéticos.

### Contratação de Prestadores de Serviços Relevantes

A contratação de fornecedores segue critérios alinhados às políticas internas de governança e conformidade regulatória, contendo requisitos específicos para a contratação, visando mitigar riscos que afetem a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. De forma integrada à esteira de compras, é realizada classificação dos serviços a serem contratados, bem como avaliação prévia e pós contratação dos fornecedores. Essa avaliação é refeita obedecendo ciclos previstos em norma. Todas as avaliações são documentadas e os contratos incluem cláusulas específicas conforme estabelece a Resolução 4.893/21 do BCB.

### Asseguração *System and Organization Controls Report* - SOC 2 e SOC 3

A Organização dispõe da Asseguração SOC 2 Tipo II e SOC 3, emitidas por auditoria especializada independente, sendo renovada anualmente. A Asseguração confirma a consistência e efetividade dos controles implementados para segurança do ambiente de TI, quanto aos serviços financeiros prestados, com a avaliação baseada em critérios e controles de segurança da informação de padrão internacional para SOC 2 (AICPA – *Association of International Certified Professional Accountants*), abrangendo as categorias de serviços: segurança, disponibilidade, integridade do processamento, confidencialidade e privacidade.

# Risco de Compliance

## 22. Risco de Compliance

É o risco decorrente de sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros, oriundos do descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores ou autorreguladores, e dos códigos de conduta ética aplicáveis às atividades desempenhadas pela Organização.

### Processo de Gerenciamento

Para que o gerenciamento do risco de *compliance* seja realizado de maneira integrada e coordenada, são realizadas, essencialmente, as seguintes atividades:

- Assessoramento da Organização em assuntos de risco de *compliance*;
- Promoção de ações de acultramento dos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e colaboradores, bem como impulsionamento de programas de treinamento e conscientização sobre os temas de *compliance*;
- Estabelecimento de regras e procedimentos que visam à aderência da Organização ao Código de Conduta Ética e às normas externas sobre conduta com o cliente, concorrencial e anticorrupção;
- Avaliação e certificação dos aspectos legais e regulatórios concernentes aos produtos, serviços e parcerias da Organização;
- Coordenação do atendimento às demandas de órgãos supervisores, reguladores, autorreguladores, contrapartes e bancos correspondentes;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos de *compliance* inerentes às atividades da Organização;
- Gerenciamento do Programa de Condutas Esperadas;
- Monitoramento e divulgação das novas regulamentações e legislações aplicáveis às atividades da Organização e certificação das ações adotadas pelos gestores para atendimento das novas regras regulatórias; e
- Monitoramento da implementação de políticas e procedimentos.

Tais procedimentos estão distribuídos em ações voltadas à estratégia, prevenção, detecção, resposta, remediação e reporte.

# Remuneração de Administradores

## 23. Remuneração de Administradores

### 23.1. Comitê de Remuneração

O Comitê é composto de 3 (três) a 7 (sete) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., com exceção de 1 (um) membro que será, necessariamente, não administrador, todos com mandato de 2 (dois) anos, devendo um deles ser designado Coordenador.

Este Comitê tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração na condução da Política de Remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente.

O Comitê de Remuneração é composto pelos seguintes membros (data-base dezembro/2025):

Membro	Função
Alexandre da Silva Glüher	Coordenador
Mauricio Machado de Minas	Membro
Samuel Monteiro dos Santos Junior	Membro
Fabio Augusto Iwasaki	Membro não Administrador

### 23.2. Estrutura de Remuneração

#### 23.2.1. Política de Remuneração

Sua política objetiva:

- Garantir o estabelecimento da prática de remuneração a todos os Administradores da Organização, o que compreende os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria em seus vários níveis hierárquicos.
- Assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, baseando-se (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham, validando que as áreas de Controle Interno, Gestão de Riscos e de Auditoria Interna Global tenham seus objetivos baseados na realização de suas próprias funções; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado.
- Propiciar o alinhamento entre as práticas de remuneração dos Administradores e os interesses da Organização, de maneira que as decisões tomadas sejam as melhores possíveis, buscando criar valor para os seus acionistas e investidores.
- Garantir que a prática de remuneração esteja relacionada com objetivos que busquem a valorização da Organização, incentivando comportamentos íntegros e éticos, adotando critérios que impeçam qualquer forma de discriminação, em particular as baseadas em orientação sexual, identidade de gênero, etnia, raça, cor, idade, religião, classe socioeconômica, entre outras e não incentivando comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotados.

O Comitê de Remuneração revisará anualmente, ou quando necessário, a política e as regras internas, propondo, ao Conselho de Administração, eventuais ajustes ou aprimoramentos quando cabíveis. A última revisão foi formalmente aprovada em 5 de junho de 2025.

## Remuneração de Administradores

### 23.2.2. Práticas e procedimentos adotados para definição da Remuneração

O Comitê de Remuneração trabalha conjuntamente com o Comitê de Riscos na avaliação dos incentivos criados pela política de remuneração dos administradores e submete ao Conselho de Administração as recomendações sobre alterações na remuneração, bem como revisa, periodicamente, a política de remuneração de administradores, garantindo que as práticas adotadas estejam alinhadas à gestão prudente de riscos, à sustentabilidade da Organização e aos interesses de longo prazo dos acionistas, considerando, ainda, as práticas de mercado e os cenários futuros, internos e externos que possam impactar a Organização.

O Conselho de Administração é responsável por avaliar e deliberar sobre as propostas apresentadas pelo Comitê de Remuneração, bem como aprovar o montante global da remuneração, que deverá ser submetido para aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

### 23.2.3. Métricas de desempenho

#### Conselho de Administração

As remunerações fixas atribuídas aos membros do Conselho de Administração não estão vinculadas a indicadores de desempenho. Para a parcela da remuneração variável, esta é estruturada para assegurar alinhamento com a criação de valor no longo prazo, considerando o resultado consolidado da Organização, medido pelo lucro líquido acumulado.

#### Diretoria

As remunerações fixas dos diretores não estão vinculadas a indicadores de desempenho. Para a parcela da remuneração variável, essa é determinada com base em avaliação individual, que considera tanto o cumprimento das metas específicas da área quanto o resultado global da organização, medido pelo lucro líquido acumulado.

O desempenho individual dos administradores, bem como de suas correspondentes áreas, é acompanhado por processo de avaliação formal, seguindo os requisitos da Resolução nº 5.177/24.

Para o processo de avaliação, são considerados, no mínimo, os seguintes conceitos:

#### Avaliação Individual

- o desempenho individual;
- o desempenho da unidade de negócios na qual atua;
- desempenho da instituição como um todo, e;
- a relação entre os desempenhos mencionados nas alíneas acima e os riscos assumidos.

#### Avaliação das áreas

- **Ações da atividade principal:** são critérios que remetem a metas e objetivos das principais atividades da área;
- **Ações voltadas à eficiência operacional:** são indicadores que medem a eficiência operacional, de forma a maximizar seus resultados com uso mínimo de recursos;

## Remuneração de Administradores

- **Ações voltadas à gestão de riscos:** são indicadores corporativos que medem exposição a riscos e de controles internos, devidamente acompanhados pela Área responsável (Gestão Corporativa de Riscos);
- **Ações voltadas ao atendimento a clientes:** são critérios que avaliam os resultados/níveis de satisfação de clientes; e
- **Ações voltadas a aspectos socioambientais:** são indicadores que avaliam o grau de aderência com a Estratégia de Sustentabilidade Corporativa, na condução dos objetivos da área, quando aplicáveis, considerando aspectos ASG (Ambiental, incluindo Mudanças Climáticas, Social e Governança) e o desempenho nos principais índices e *ratings* de Sustentabilidade.

As avaliações de desempenho dos administradores das áreas de controle interno e de gestão de riscos são baseadas na realização dos objetivos de suas próprias funções e não especificamente no desempenho global da Organização. Consideram-se áreas de controle interno e de riscos no âmbito da Organização, Controle Interno, Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna Global e Gestão Corporativa de Riscos, bem como as áreas afins das demais empresas da Organização.

### 23.2.4. Remuneração X Objetivos da Organização

A estrutura de remuneração dos administradores está em consonância às diretrizes estabelecidas na política de remuneração dos administradores, elaborada e revisada em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24 e demais legislações aplicáveis.

Além disso, a composição da remuneração está fundamentada no alinhamento da gestão com os resultados e riscos de curto, médio e longo prazo, bem como se justificam como meio para manter administradores de alta qualidade e notório conhecimento na Organização.

Em consonância com as melhores práticas de remuneração e governança, o Bradesco adota uma Política de Recuperação da Remuneração Variável, que visa a restituição de valores concedidos ou pagos de forma indevida. A Política está disponível em [bradescori.com.br](http://bradescori.com.br) - O Bradesco - Governança Corporativa - Estatuto, Políticas, Normas e Contrato de Indenidade - Políticas e Normas.

### 23.2.5. Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretor Presidente e demais Diretores, limitada ao montante anual aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, está consubstanciada em:

- **Remuneração Fixa:** representada por honorários fixos mensais para o período de vigência do mandato;
- **Remuneração Fixa de Longo Prazo:** representada por honorários fixos mensais, destinada como incentivo à aquisição de ações e aplicação em fundo de investimento de renda fixa;
- **Remuneração Variável:** representada por valores pagos em dinheiro e ações, fundamentada nos critérios de metas e indicadores de desempenho.

# Remuneração de Administradores

## 23.3. Remuneração Atribuída

### REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

A tabela abaixo, informa a remuneração atribuída aos diretores e membros do conselho de administração durante o ano de referência.

R\$ milhões

		a	b
		2025	
Remuneração		Diretoria	Conselho de administração
1	Número de pessoas (quant.)	135	11
2	<b>Total da Remuneração fixa (3+4+5)</b>	<b>1.013</b>	<b>32</b>
3	Remuneração fixa Da qual: em espécie	337	32
4	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	540	-
5	Da qual: outras formas de remuneração	135	-
6	Número de pessoas (quant.)	135	11
7	<b>Total da Remuneração variável (8+10+12)</b>	<b>349</b>	<b>32</b>
8	Da qual: em espécie	174	16
9	Remuneração variável da qual: diferida	-	-
10	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	174	16
11	da qual: diferida	174	16
12	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
13	da qual: diferida	-	-
<b>14</b>	<b>Remuneração total (2 + 7)</b>	<b>1.362</b>	<b>64</b>

### REM2: Pagamentos extraordinários

A tabela abaixo informa o total de pagamentos extraordinários (bônus garantidos, bônus de contratação e pagamentos por desligamento) realizados no ano de referência.

R\$ milhões	Dez-25					
	Bônus garantidos em transferência interna		Bônus garantidos em contratação		Pagamentos por desligamento	
	Número de Pessoas	Valor total	Número de Pessoas	Valor total	Número de Pessoas	Valor total
<b>Pagamentos extraordinários</b>						
Diretoria	-	-	3	10	-	-
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-

## Remuneração de Administradores

### REM3: Remuneração diferida

A tabela abaixo, informa o total de remuneração diferida durante o ano de referência.

	a	b	c	d	e
<b>Remuneração diferida</b> (R\$ milhões)	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
<b>\\ Diretoria</b>	<b>249</b>	<b>249</b>	-	-	<b>65</b>
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	249	249	-	-	65
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>\\ Conselho de Administração</b>	<b>79</b>	<b>79</b>	-	-	<b>23</b>
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	79	79	-	-	23
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>\\ Total</b>	<b>328</b>	<b>328</b>	-	-	<b>88</b>

# Comparação entre o RWA na abordagem padronizada e modelos internos

## 24. Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos

A abordagem de modelos internos no cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) permite que instituições financeiras utilizem seus próprios modelos para uma avaliação mais precisa e sensível ao risco das exposições financeiras. Essa metodologia, regulamentada pelas Resoluções CMN nº 4.958/21 e nº 303/23 e pela Circular BCB nº 3.646/13, é parte das diretrizes do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, proporcionando uma alocação de capital mais eficiente e alinhada com o perfil de risco específico da instituição financeira.

Desde janeiro de 2013, a Organização possui autorização do Banco Central do Brasil para utilizar seus modelos internos de risco de mercado para a apuração do capital regulamentar.

A tabela a seguir apresenta uma comparação das parcelas do RWA apuradas por meio de abordagens padronizadas e abordagens modelos internos. Adicionalmente, demonstra o RWA das exposições totais caso a apuração ocorresse por meio de abordagens padronizadas.

### Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco (CMS1)

R\$ milhões	a	b	c	d
	<b>Dez-25</b>			
	<b>RWAs</b>			
	<b>RWA - modelos internos</b>	<b>RWA - abordagens padronizadas</b>	<b>RWA Total (a + b)</b>	<b>RWA - abordagem padronizada para todas as exposições</b>
1 Risco de crédito em sentido estrito	-	879.687	879.687	879.687
2 Risco de crédito de contraparte		30.662	30.662	30.662
4 Exposições de securitização classificadas na carteira bancária		2.237	2.237	2.237
5 Risco de mercado <sup>(1)</sup>	17.297	12.262	29.559	27.879
6 Risco operacional		114.757	114.757	114.757
7 RWA residual		52.059	52.059	52.059
<b>8 Total</b>	<b>17.297</b>	<b>1.091.665</b>	<b>1.108.962</b>	<b>1.107.281</b>

(1) RWA Total correspondente à máxima entre o Modelo Interno e 80% do Modelo Padronizado, acrescido das parcelas DRC e CVA.

#### Comentários

Para o fechamento do 4T25, não houve variação relevante entre o modelo interno e o modelo padronizado.

Atualmente, a Organização não utiliza a abordagem de modelos internos para o cálculo do capital regulamentar de risco de crédito, optando por seguir a abordagem padronizada conforme regulamentação vigente.

# Anexos

## I. Anexos

Os anexos descritos abaixo estão disponíveis no site de Relações com Investidores ([bradescom.com.br](http://bradescom.com.br) – Informações ao Mercado – Relatórios e Planilhas – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3), bem como todas as tabelas relacionadas neste documento.

### **Instituições Participantes do Conglomerado Prudencial – IPCP**

Demonstra para o escopo da publicação, além das instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial, a consolidação das demais empresas.

### **Instituições Relevantes – IREL**

Lista das principais sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis.

### **Participações Societárias – PS**

Informações sobre as participações societárias das empresas.

# Glossário

## II. Glossário

### A

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABR** - Abordagem Baseada em Riscos
- ACP** – Adicional de Capital Principal
- AICPA** – *Association of International Certified Professional Accountants*
- ANS** – Agência Nacional de Saúde Suplementar
- ASF** – Recursos Estáveis Disponíveis (do Inglês '*Available Stable Funding*')
- AVIM** – Área de Validação Independente de Modelos

### B

- BCB** – Banco Central do Brasil
- BCI** – *Business Continuity Institute*
- BI** – Indicador de Negócios
- BIA** – Análise de Impacto do Negócio (do Inglês '*Business Impact Analysis*')
- BIC** – Indicador de Negócios Ponderado

### C

- CMM** – Comissão de Marcação a Mercado
- CMN** – Conselho Monetário Nacional
- COGIRAC** – Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital
- COTES** - Comissão Técnica de Estresse
- CRA** – Certificado de Recebíveis do Agronegócio
- CRI** – Certificado de Recebível Imobiliário
- CRO** – Diretor Executivo de Riscos (do Inglês '*Chief Risk Officer*')
- CVA** – Ajuste prudencial de crédito da carteira de derivativos (do Inglês '*Credit Value Adjustment*')

### E

- EUA** – Estados Unidos da América
- EVE** – *Economic Value of Equity*

### F

- FIDC** – Fundo de Investimento em Direito Creditório
- FPR** – Fator de Ponderação de Risco

### G

- GCN** – Gerenciamento de Continuidade de Negócios

### H

- HQLA** – Ativos de Alta Liquidez (do Inglês '*High Quality Liquidity Assets*')

### I

- ICAAP** – Processo Interno de Avaliação de Adequação do Capital (do Inglês '*Internal Capital Adequacy Assessment Process*')

## Glossário

**ILM** – Multiplicador de Perdas Internas

**IPCP** - Instituições Participantes do Conglomerado Prudencial

**IREL** - Instituições Relevantes

**ISO** – Organização Internacional de Normalização (do Inglês '*International Organization for Standardization*')

### L

**LCR** – Índice de Liquidez de Curto Prazo (do Inglês '*Liquidity Coverage Ratio*')

### N

**NBR** – Norma Brasileira

**NII** – *Net Interest Income*

**NSFR** – Índice de Liquidez de Longo Prazo (do Inglês '*Net Stable Funding Ratio*')

**NZBA** – *Net Zero Banking Alliance*

### P

**PCN** – Plano de Continuidade de Negócios

**PR** – Patrimônio de Referência

**PRI** – Princípios para o Investimento Responsável

**PS** - Participações Societárias

### R

**RA** – Razão de Alavancagem

**RAS** – Declaração de Appetite a Riscos (do Inglês '*Risk Appetite Statement*')

**RSF** – Recursos Estáveis Requeridos (do Inglês '*Required Stable Funding*')

**RWA** – Ativos Ponderados pelo Risco (do Inglês '*Risk-Weighted Assets*')

**RWA<sub>CIRB</sub>** – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de crédito, modelo interno

**RWA<sub>CPAD</sub>** – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de crédito, modelo padronizado

**RWA<sub>MPAD</sub>** – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de mercado, modelo padronizado

**RWA<sub>MINT</sub>** – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de mercado, modelo interno

**RWA<sub>OPAD</sub>** – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional, modelo padronizado

### S

**SPE** – Sociedades de Propósito Específico

**SUSEP** – Superintendência de Seguros Privados

### T

**TCFD** – *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

### V

**VaR** – *Value at Risk*



**bradesco**